

Comissão Central de Pós-Graduação

CCPG



Ata

405<sup>a</sup> Reunião Ordinária

7/06/2023

Sala do CONSU

1 **ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA (405ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-**  
2 **GRADUAÇÃO.** Aos sete de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala de  
3 Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de  
4 Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a  
5 Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o comparecimento dos  
6 seguintes Membros: Ariovaldo José da Silva (FEAGRI), Aurelio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC),  
7 Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Claudio Chrysostomo Werneck (IB), Enelton Fagnani (FT),  
8 Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE), José Guilherme Cecatti (FCM), Liliana de Oliveira Rocha  
9 (FEA), Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC), Marcelo Lancelotti (FCF),  
10 Márcia Azevedo de Abreu (IEL), Marco Lucio Bittencourt (FEM), Marko Synesio Alves Monteiro  
11 (IG), Mauro Cardoso Simões (FCA), Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH), Pedro Maciel  
12 Guimarães Junior (IA), Renata Cristina Gasparino (FENF), Renato Barroso da Silva (FEF),  
13 Rosângela Ballini (IE), Savio Souza Venâncio Vianna (FEQ), Tiago Zenker Gireli (FECFAU) e  
14 Yeda Endrigo Rabelo de Carvalho (Representante Discente IFCH). Estiveram presentes Profa.  
15 Débora Alves Nunes Leite Lima substituindo Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP), Profa.  
16 Cecília Mary Fischer Rubira substituindo Prof. Luiz Fernando Bittencourt (IC) e Prof. Ricardo Luís  
17 Doretto substituindo Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW). Estiveram presentes Prof. Mariano  
18 Laplane (Coordenador Geral HIDS), Sra. Patricia Mariuzzo (HIDS), **Profa. Cláudia Vianna Maurer**  
19 **Morelli** (Assessora PRPG), Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG), Sr. Fernandy  
20 Ewerardy de Souza (Coordenador DAC), Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da PRPG), Sra.  
21 Silvana Milanin Mendes (Coordenadora de Serviços PRPG), Sra. Marli Padovan de Souza  
22 (Coordenadora de Serviços PRPG), Sra. Juliana Cristina Barandão (AT da CCPG) e Sra. Bárbara  
23 de Almeida (Estagiária CCPG). A **Sra. Presidente** informou as justificativas de ausência do Sr.  
24 Matheus Alves Albino (Representante Discente IFCH) e da Sra. Elayne Rohem Peçanha  
25 (Representante Discente IQ). Em seguida, submeteu à apreciação do plenário a Ata da  
26 Quadragésima quarta (404º) Sessão Ordinária, realizada em 17/05/2023. A conselheira **Profa.**  
27 **Nashieli Cecília Rangel Loera** solicitou a correção na linha 21 da página 13. Solicitou que  
28 escrevessem que o IFCH tinha recebido aquela informação de outros programas. Informou que a  
29 segunda correção era na linha 12 da página 14. Esclareceu que tinha dado um exemplo sobre  
30 consultoria, a equipe de consultores da qual tinha participado na CAPES, e não ao GT da  
31 Unicamp. A **Sra. Presidente** submeteu a aprovação da referida Ata, a qual foi aprovada com três  
32 abstenções. Passando para a Ordem do Dia, informou que não havia destaques da mesa.  
33 Perguntou se havia algum destaque ou observação e, não havendo, colocou em votação todos os  
34 itens, que foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 1. ITEM 1. ALTERAÇÃO**

1 **DA DELIBERAÇÃO CONSU-A-08/2012, QUE CRIA O PROGRAMA PESQUISADOR EM**  
2 **MEDICINA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS (FCM).** PROC. Nº 02P-26239/2010. FCM  
3 – Fls. 04 a 16. Deliberação CCPG Nº 27/2023. **ITEM 2. ACORDOS: a) CONVÊNIO DE**  
4 **COTUTELA DE DOUTORADO A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP E A UNIVERSITÀ DEGLI**  
5 **STUDI DI PADOVA (ITÁLIA).** PROC. Nº 22P-19552/2023 (d). IG – Parecer favorável exarado  
6 pela **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** (Assessora da PRPG). Fls. 17 a 30. Deliberação  
7 CCPG Nº 28/2023. **b) ADITAMENTO AO ACORDO DE COTUTELA FIRMADO ENTRE A**  
8 **UNICAMP (IA) E A UNIVERSIDADE DO MINHO (PORTUGAL) – SR. LUIZ ADRIANO**  
9 **DAMINELLO.** PROC. Nº 07P-15071/2021 (d). IA – Parecer favorável exarado pela **Profa. Cláudia**  
10 **Vianna Maurer Morelli** (Assessora da PRPG). Fls. 31 a 48. Deliberação CCPG Nº 29/2023. **ITEM**  
11 **3. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CLÍNICA MÉDICA DA**  
12 **FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS (FCM).** PROC. Nº 02-P-15419/2003. FCM – Parecer  
13 favorável exarado pelo Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 49 a 74.  
14 Deliberação Articulada CCPG Nº 3/2023. **ITEM 4. INSTRUÇÃO NORMATIVA PGCLMED/FCM Nº**  
15 **6/2023 – NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DO PROGRAMA DE**  
16 **PÓS-GRADUAÇÃO EM CLÍNICA MÉDICA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS (FCM).**  
17 PROC. Nº 02-P-15419/2003. FCM – Parecer favorável exarado pelo Prof. Elias Basile Tambourgi  
18 (Assessor da PRPG). Fls. 75 a 78. Deliberação CCPG Nº 30/2023. **ITEM 5. REGULAMENTO**  
19 **DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**  
20 **(IEL).** PROC. Nº 01-P-8194/1989. IEL – Parecer favorável exarado pela **Profa. Cláudia Vianna**  
21 **Maurer Morelli** (Assessora da PRPG). Fls. 79 a 92. Deliberação Articulada CCPG Nº 2/2023. A  
22 **Sra. Presidente** disse que tinham dois convidados, o Prof. Mariano Laplane e a Sra. Patrícia  
23 Mariuzzo, ambos do HIDS. Eles tinham solicitado aquele tempo para expor o projeto HIDS na  
24 Universidade, que era muito importante. Passou a palavra para o Prof. Mariano. O **Prof. Mariano**  
25 **Laplane** cumprimentou os presentes e agradeceu o convite. Disse que falaria sobre o Projeto do  
26 Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, que estava entrando em seu quinto ano  
27 de funcionamento na Unicamp. O projeto tinha nascido a partir da compra da Fazenda Argentina,  
28 por parte da Unicamp, em 2014. A compra tinha sido motivada, basicamente, pela intenção de  
29 contar tanto com uma área de possível extensão do campo Zeferino Vaz, quanto com uma  
30 atualização, modernização, projeção de novas formas de ensino, pesquisa e extensão.  
31 Infelizmente, os planos efetivos para ocupação, em função de restrições financeiras tinham sido  
32 postergados. Em 2017, com o apoio da Fapesp, tinha-se feito um primeiro estudo do potencial de  
33 desenvolvimento da área da Fazenda Argentina, o qual havia mostrado que o verdadeiro potencial  
34 de desenvolvimento da área consistia em sua localização: bem no coração do que tinha sido

1 reservado no planejamento da sede de Campinas, com uma área destinada ao CETEC II, o Polo  
2 Tecnológico II de Campinas. O fato de estar localizado no coração daquela área gerava um  
3 potencial de desenvolvimento que extrapolava os benefícios que a ocupação da Fazenda  
4 Argentina poderia trazer para a Universidade. O projeto tinha potencial transformador da cidade,  
5 com projeção para o Estado de São Paulo e, também, para o Brasil todo. A ideia do HIDS  
6 Internacional, para aqueles mais familiarizados com o tema do urbanismo, era a implantação de  
7 um distrito de inovação, o que antigamente já havia se chamado de parque científico e, depois, de  
8 parque tecnológico. Naquele momento, se chamava de distrito de inovação e tinha as seguintes  
9 características: era um espaço de uso misto compartilhado por instituições de pesquisa (como a  
10 Unicamp e outras localizadas em sua proximidade), com a comunidade empresarial, mas também  
11 com os moradores da região, com outros órgãos do governo e entidades privadas que investiam  
12 na transformação do conhecimento em soluções que gerassem bem-estar, como em um ambiente  
13 propício à circulação, à criatividade, à circulação de ideias e à geração de inovações. Observando  
14 a área do entorno da Unicamp e da Fazenda Argentina, duas características chamavam atenção.  
15 Em primeiro lugar, era visível a forte concentração de instituições de pesquisa de todos os tipos:  
16 estaduais (como a Unicamp), privadas (como a PUC, Cargill), federais (como o CNPq) e  
17 fundações (como o CPQD e o Instituto Eldorado. E a segunda característica que chamava  
18 atenção era a quantidade enorme de espaço verde muito próximo ao centro da cidade, com uma  
19 localização muito favorável do ponto de vista de rodovias de acesso ao interior do Estado, Dom  
20 Pedro, a Dutra, e no outro extremo, a Anhanguera. Aquela segunda característica, de uma área  
21 verde tão grande, tinha a ver com a legislação urbana. Como tinha dito, o desenvolvimento da  
22 área tinha sido bloqueado no final dos anos 80, de certa forma, pela intenção de que fosse  
23 destinada, exclusivamente, às atividades de ciência, tecnologia e inovação. Aquilo tinha impedido  
24 que a área se desenvolvesse junto com a cidade de Campinas, nos últimos 30 anos, basicamente,  
25 através da implantação de condomínios fechados com moradias uni familiares. Era aquilo que  
26 explicava a preservação da área verde naquela região. O segundo evento importante na linha do  
27 tempo tinha sido que, a partir do estudo da Fapesp, a Unicamp tinha se mobilizado e contatado os  
28 parceiros (os centros de tecnologia instalados no entorno) e a prefeitura. Tinha sido apresentado,  
29 ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, a proposta de desenvolver, de forma consorciada  
30 e coletiva, um plano diretor para o desenvolvimento da área, que visasse à implantação de um  
31 distrito de inovação, como já havia dito. O Banco Interamericano tinha achado o projeto  
32 interessante para a sua projeção para além da cidade de Campinas, com base na ideia de que  
33 pudesse, talvez, ser um exemplo para outras cidades no Brasil e na América Latina. Tinha  
34 concedido uma doação de 1 milhão de dólares à Universidade e à Prefeitura para desenvolver um

1 Plano Diretor. O Plano tinha sido desenvolvido através de contratos e contratações de consultores  
2 pelo próprio BID, mas a Unicamp e a PUC tinham mobilizado pesquisadores de várias áreas,  
3 faculdades e institutos para lerem o projeto. A Unicamp tinha chegado a criar um curso de  
4 especialização para arquitetos, para que pudessem gerar soluções e ideias, conceitos que  
5 poderiam ser aplicados no desenvolvimento da HIDS. A PUC tinha contribuído com uma equipe  
6 de advogados para revisar toda a legislação urbana e ver qual poderia ser o modelo jurídico mais  
7 adequado para aquele consórcio. Foi criado um Conselho Consultivo, com todas aquelas  
8 entidades públicas e privadas, com participação da prefeitura, da cidade e do Governo do Estado,  
9 através da Secretaria de Desenvolvimento. O contrato com o BID tinha sido assinado em  
10 dezembro de 2019, três meses antes da pandemia chegar, e possuía duração de três anos. O  
11 projeto tinha sido desenvolvido naqueles três anos, apesar da pandemia, graças a um esforço  
12 enorme e à capacidade do BID de mobilizar consultores internacionais. Uma daquelas instituições  
13 que o BID havia mobilizado tinha sido o Instituto Coreano de Desenvolvimento Urbano, com muito  
14 prestígio internacional. Durante um ano, o Instituto trabalhou junto com as outras equipes, as  
15 quais já vinham trabalhando desde 2019, e no final de 2021, os coreanos tinham entrado e  
16 começado a desenvolver uma proposta de Plano de Urbanização. Tratava-se de estabelecer  
17 conexões entre as entidades de pesquisa e do distrito com o entorno, com a cidade e com a  
18 comunidade. Em sua apresentação, havia slides muito interessantes, que retratavam melhor qual  
19 era o conceito do plano. Os coreanos tinham adotado um esquema básico daquele movimento da  
20 região com base na construção de dois eixos. Aquilo tinha sido uma proposta que havia surgido  
21 na Unicamp, a partir da constatação de que havia, na Fazenda Argentina, restrições para o uso  
22 em função de ser uma área pública. Disse que não poderiam fazer um shopping center nem  
23 atividades comerciais na Fazenda Argentina, fora aquelas que estivessem diretamente à atividade  
24 de pesquisa. Poderiam ter um restaurante, uma cantina ou eventuais atividades econômicas de  
25 apoio para as pessoas que trabalhavam na área pública, mas havia uma série de atividades  
26 essenciais para o distrito de inovação que tinham que estar do lado de fora do campus: atividades  
27 comerciais, do tipo hospedagem, e da área da saúde, como tinham no campus. Então, tinham  
28 pensado em utilizar a borda sul e a norte da Fazenda Argentina como espaços de interação  
29 público-privada, onde as atividades de pesquisa e inovação de ensino desenvolvidas poderiam  
30 ser complementadas. Poderiam dialogar, fazer aquele intercâmbio com as atividades privadas  
31 desenvolvidas do outro lado da rua, como tinham na área da saúde. Aquilo, no fundo, significava  
32 uma mudança muito importante na concepção do convívio do campus da Unicamp com o entorno.  
33 Disse que alguém ali já deveria ter visto a ideia materializada em universidades do exterior, onde  
34 boa parte devia ter estudado, visitado ou participado de eventos, dentro de um campus urbano.

1 Quando visitavam uma universidade no exterior, a fronteira entre campus e cidade não ficava tão  
2 clara quanto ali na Unicamp, pois tinham atividades urbanas dentro e fora do campus. Aquilo tinha  
3 uma enorme vantagem, pois facilitava a criatividade e a circulação de ideias, além de tornar a  
4 fronteira entre academia e sociedade mais permeável. Então, tinham pensado na implantação de  
5 dois eixos de interação e inovação. O primeiro seria o eixo sul, localizado na borda sul da  
6 Fazenda Argentina. Dada a proximidade com a área da saúde da Unicamp, tinham imaginado que  
7 seria uma boa área para atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculados à área da saúde,  
8 do lado de dentro da Fazenda. O segundo era o eixo norte, que já tinha proximidade com  
9 atividades vinculadas à digitalização. Tinha o Instituto de Computação, do outro lado da rua, e o  
10 Instituto Eldorado, mas tinham ali centros de pesquisa que desenvolviam atividades em energia  
11 renovável, e então, tinham chamado o eixo norte de “Eixo de Inovação para Sustentabilidade”. Era  
12 mais diversificado e multiuso. Naquele momento, a única presença da Unicamp na Fazenda  
13 Argentina era a sede da Inova. Uma parte da Fazenda eram áreas verdes que deveriam ter sido  
14 preservadas e conservadas, porque eram, por lei, áreas de preservação ambiental, mas que  
15 estavam áreas razoavelmente degradadas pelo tempo. Uma das áreas não podia ser ocupada em  
16 função da possibilidade de enchentes, que já tinham acontecido anteriormente. Aquelas áreas  
17 verdes todas representavam, aproximadamente, 40% da Fazenda Argentina. Não podiam e nem  
18 deviam construir nelas, pelo contrário. Deveriam preservar, recuperar, renovar e proteger, o que  
19 era um desafio enorme. Lembrou a todos que o HIDS era voltado para os movimentos de  
20 tecnologias para sustentabilidade e, portanto, seria totalmente contrário ao espírito do projeto  
21 construir naquelas áreas, além de ilegal. Os outros 60% eram uma área grande, destinada  
22 atualmente à cana-de-açúcar. Tinha alugado aquela área para uma usina externa, com o único  
23 objetivo de manter a área ocupada e, principalmente, de poupar a Unicamp do custo de manter  
24 aquela área. No entanto, aquela área tinha potencial construtivo, e era ali que poderiam  
25 desenvolver o projeto original de uma expansão do campus. O novo campus teria uma nova  
26 filosofia, mais permeabilidade e, como havia dito, mais interdisciplinaridade. Esclareceu que aquilo  
27 não era uma ampliação do campus, muito menos uma clonagem do campus atual, Zeferino Vaz.  
28 Isso porque todo o esforço de desenvolver e gerar conhecimento, transformando-o em soluções  
29 para sustentabilidade era, inevitavelmente, interdisciplinar. Então, não fazia sentido construir  
30 estruturas estritas às atividades disciplinares. Não fazia sentido fazer um novo prédio do Instituto  
31 de Economia, por exemplo, na Fazenda Argentina, mas fazia todo sentido construir instalações  
32 de ensino, pesquisa e extensão, de características interdisciplinares. As instalações também  
33 deveriam vir associadas à projetos, de modo que aqueles equipamentos pudessem ser utilizados  
34 por diferentes grupos interdisciplinares ao longo de um determinado prazo. Desenvolvido o

1 projeto, se não houvesse continuidade, poderia vir outro projeto no lugar. Achava que teriam  
2 desafios de sustentabilidade por algumas gerações e, então, não faltariam temas de projetos.  
3 Esperava que também que não faltasse financiamento. O primeiro trabalho que a comissão criada  
4 pelo Reitor, em 2021, desenvolvida para pensar, especificamente, na ocupação da Fazenda  
5 Argentina, e não do HIDS como um todo, tinha sido estimar o potencial construtivo que tinham  
6 naquelas áreas, ou seja, onde era possível construir dentro da Fazenda Argentina. Segundo o  
7 plano coreano, o HIDS estava delimitado por uma borda tracejada, que incluía o campus atual da  
8 Unicamp, o campus da PUC e o que era, originalmente, o CETEC. Uma parte do CETEC já tinha  
9 sido ocupada, e tinham também o CNPEM e o CPQD. Os coreanos tinham pensado em fazer um  
10 exercício de ocupação da área ainda não construída, ou seja, não ocupada. As cores da área, no  
11 plano deles, correspondiam a usos diferentes. Os usos eram a preservação de área verde, como  
12 já havia dito, a recuperação de corredores ecológicos e áreas reservadas à habitação, com  
13 diferentes graus de densidade. Não se contemplava a implantação de condomínios nos modelos  
14 que Campinas tinha, como o modelo Barão Geraldo ou Alphaville. O plano coreano propunha  
15 certo grau de adensamento urbano para poder atrair os serviços essenciais: precisava ter creche,  
16 escola, academia, restaurante. Tudo o que não tinha no campus e tinha em Barão Geraldo, só  
17 que fora e longe. Então, eles tinham adotado a ideia de um campus urbano, e toda aquela área da  
18 Fazenda Argentina - fora a área verde, obviamente - estava reservada para atividades que eles  
19 chamavam de "inovação". Então, o trabalho da Comissão de Coordenação do Reitor era de  
20 imaginar o potencial construtivo daquelas áreas. Tinha feito aquilo com a ajuda da equipe de  
21 coordenação e dos professores de várias áreas da Unicamp, como os da Faculdade de  
22 Engenharia Civil, da Administração, Diretoria de Planejamento Integrado etc. Estavam tentando  
23 imaginar aquela parte, que correspondia à Fazenda Argentina, e as novas edificações. O  
24 potencial construtivo era bastante elevado. Ampliando as áreas verdes de maneira significativa,  
25 ainda teriam um potencial construtivo gigantesco. O plano dos coreanos contemplava a ocupação  
26 de todo o HIDS em 25 anos, o que era um projeto de longo prazo (1/4 de século). Tinha  
27 imaginado, então, que aquilo precisava ser feito por fases e, de fato, o plano coreano comportava  
28 faixas de até 5 anos, de até 10 anos, e depois de mais 15 e 25 anos. Tinha estimulado o  
29 potencial construtivo de uma parte da Fazenda Argentina e reservado uma parte dela para o que  
30 a prefeitura pretendia criar, que era uma parte do Córrego Anhumas. Também tinha estimado o  
31 potencial construtivo da área que estava em frente ao CPQD, além das duas áreas vizinhas da  
32 antiga sede da fazenda, onde, atualmente, estava instalada a Inova. Em uma primeira estimativa,  
33 a ocupação daquela pequena parte da Fazenda Argentina, nos próximos 10 anos, demandaria um  
34 investimento em torno de 900 milhões de reais. A Fazenda Argentina possuía 1 milhão e 400

1 metros quadrados ao todo, e aquela pequena área correspondia a apenas 400 mil metros. Aquilo  
2 ocorria porque, em primeiro lugar, era uma área carente de infraestrutura e, em segundo lugar, a  
3 infraestrutura que deveria ser implantada não poderia ser qualquer uma, tinha que ser uma  
4 infraestrutura sustentável. Além de preservar as áreas verdes, não podiam construir como se  
5 construía há cerca de 30 anos, quando o campus havia sido construído. Não era só uma questão  
6 de uso e reuso dos recursos naturais, como energia renovável, uso da água e do solo, evitando  
7 agravar o problema de permeabilidade, que não era pequeno. Tinham outros problemas  
8 associados à sustentabilidade, como a sustentabilidade social, comunitária e acessibilidade. Não  
9 podiam fazer um campus não sustentável e depois investir uma fortuna tentando torná-lo  
10 sustentável, embora fosse necessário. Já tinham o Campus Zeferino Vaz, mas os *campi* novos  
11 poderiam ser feitos com outra filosofia. Então, além da interdisciplinaridade e das áreas serem de  
12 ocupação temporárias e não permanentes, tinham que ter, na medida do possível, a questão da  
13 sustentabilidade, da infraestrutura e do uso de ocupação de solo, o que dava 900 milhões de  
14 reais. Aquilo remetia à última característica importante do projeto, que era a necessidade  
15 imperiosa de procurar parceiros. Deveriam procurar parceiros em suas áreas, ou seja, em  
16 instituições de pesquisa nacionais, estaduais e estrangeiras, que quisessem desenvolver  
17 atividades de pesquisa junto com a Unicamp, aportando capital para fazer aquilo. Deveriam  
18 procurar, também, na comunidade empresarial, empresas que estivessem interessadas no  
19 movimento de inovação, produtos e processos. Também deveriam procurar, na comunidade civil,  
20 instituições que pudessem aportar conhecimentos e recursos para desenvolver tecnologias sociais  
21 e de todos os tipos que promovessem sustentabilidade. Não cabia no orçamento da Unicamp,  
22 porque as decisões orçamentárias da universidade eram praticamente infinitas. Apesar disso,  
23 disse que já tinham alguns projetos em andamento. Tinham feito o planejamento da ocupação,  
24 mas algumas coisas já estavam acontecendo. A administração já tinha aprovado e já estava  
25 sendo executado um projeto ambicioso de recuperação das áreas verdes. Além do um milhão de  
26 dólares que o BID tinha colocado, a Unicamp tinha colocado um milhão de dólares (o que  
27 equivalia a pouco mais de seis milhões de reais) para a recuperação e ampliação dos corredores  
28 verdes (em alguns casos, inclusive, criando corredores alternativos). Exemplificou que aquele  
29 corredor era crítico, mas havia uma parte dele que estava fora da Fazenda Argentina, em uma  
30 área privada. Podiam recuperar o corredor dentro da Fazenda Argentina, mas não fora. Por isso,  
31 para que uma eventual não ocupação do corredor pudesse interromper a comunicação entre os  
32 dois, nichos importantes de biodiversidade, iriam criar um corredor alternativo. Eventualmente,  
33 haveria dois, mas iriam garantir a existência de um. Aquele era um projeto que nascia da própria  
34 administração e, no pacote, já estava sendo contratado o plantio e a conservação daquela área. A



1 área seria cercada para que não houvesse interferência entre os outros usos da fazenda e aquele  
2 projeto, que era de cinco anos. Plantar árvores era rápido, mas ela tinha certa lógica para crescer,  
3 coisa que a Universidade não comandava. Tinham aberto uma consulta, no mês de abril, junto às  
4 unidades de ensino, pesquisa e extensão, centros e núcleos interdisciplinares da COCEN,  
5 pedindo que os informassem de projetos em andamento ou planejados, com ou sem recurso,  
6 vinculados aos ODs, além do eventual interesse em que parte ou totalidade daqueles projetos  
7 fossem desenvolvidos na Fazenda Argentina. Em 30 dias e mais de duas semanas depois, tinham  
8 conseguido captar 60 iniciativas de ensino, pesquisa e extensão na Universidade (e algumas das  
9 três coisas combinadas), de uma quantidade muito grande de unidades, inclusive de unidades  
10 que não estavam em Campinas, Piracicaba ou Limeira. Aquilo tinha sido uma surpresa muito boa.  
11 Alguns exemplos eram a Casa dos Saberes Ancestrais, o Centro de Formação em Agroecologia,  
12 Química para os ensinamentos sustentáveis, o Centro Avançado de Tecnologias em Micro e Nano  
13 Fabricação, e assim por diante. Alguns daqueles projetos já tinham Recurso FAPESP, outros já  
14 estavam submetidos à FAPESP ou à FINEP, alguns já tinham parceiros internacionais, outros  
15 não. E já iriam iniciar, ainda naquele mês de junho, um Ciclo de Oficinas abertas à comunidade,  
16 juntamente com os responsáveis por aqueles projetos, para começarem a alinhar melhor a sua  
17 implantação na Fazenda Argentina. Uma coisa era estimar o potencial construtivo e outra era  
18 saber o que tinha que ser feito lá. Por isso, aquele primeiro levantamento era essencial. Sugeriu a  
19 todos que procurassem no site e no Instagram do HIDS a quantidade de informações disponíveis  
20 sobre a Fazenda Argentina e seu entorno, que era gigantesco. Tinham sido três anos de pesquisa  
21 sobre o patrimônio genético, histórico, cultural, além do estudo sobre a topografia e a  
22 permeabilidade do solo. A riqueza de informações era muito grande e, talvez, aquilo inspirasse  
23 mais projetos. A plataforma de captação de projetos continuava aberta, e informou a todos que  
24 poderiam cadastrar mais projetos. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Mariano.  
25 Disse que não era a primeira vez que via aquela apresentação, mas sempre tinha outras  
26 perguntas. Perguntou se mais alguém gostaria de fazer perguntas ao professor. Informou que  
27 suas dúvidas eram, na verdade, curiosidades. Disse que o Prof. Mariano tinha comentado que o  
28 HIDS estava associado, também, a um projeto que já existia na cidade de Campinas para fazer,  
29 no seu entorno, um plano de desenvolvimento para a própria cidade. Perguntou como Campinas  
30 se associaria àquilo, sendo que tudo o que havia sido mostrado era um plano da universidade, ou  
31 seja, era a Unicamp que estava tocando e indo em busca de recursos, projetos, parceiros etc.  
32 Disse que o Prof. Mariano também tinha mencionado que o próprio plano coreano tinha a intenção  
33 de ocupar a área ao longo de cerca de 30 anos, a partir do que se chamava “adensamento com  
34 atividades comerciais”. Perguntou como poderiam fazer aquilo em um lugar público. O professor

1 tinha dado exemplos da necessidade de se ter cantinas, restaurantes etc. dentro do campus, o  
2 que parecia óbvio. Questionou como as outras atividades entrariam naquela área se não eram  
3 voltadas para atividades de pesquisa. Em relação às curiosidades, disse que não sabia que  
4 parque tecnológico, atualmente, significava distrito de inovação. O conceito tinha mudado, porque  
5 o parque tecnológico era uma coisa “mais dura”, que não correspondia ao propósito do distrito de  
6 inovação. Gostaria de saber se a cidade de Campinas que tinha bloqueado aquela área toda que  
7 tinham ali, só para ter investimento em ciência em tecnologia. Tinha ficado surpresa, porque  
8 Campinas era um lugar de intensa especulação imobiliária. Perguntou quem tinha conseguido  
9 fazer aquele feito fantástico, que era bloquear aquilo naquele entorno. Havia condomínios  
10 crescendo, fazendas sendo vendidas para virar condomínios, mas sabia que não haveria grandes  
11 prédios, residências e habitações populares. Questionou se tinha sido a prefeitura de Campinas  
12 ou outro esforço regional. O **Prof. Mariano Laplane** disse que começaria pela última pergunta.  
13 Tinham que voltar no tempo, ao que era o Brasil dos anos 80. Naquela época, tinham uma história  
14 recente de industrialização e de um surpreendente desenvolvimento tecnológico na América  
15 Latina. Por isso, tinham, também, sonhos. Alguém tinha sonhado em transformar aquela região  
16 em uma espécie de Polo Alto. Além da Informática, que protegia o mercado interno, tinham um  
17 enorme esforço de formação de mão de obra e, principalmente, de pesquisadores da área de  
18 “tecnologia digital”, que naquela época era chamada de informática. Tinha uma filial da IBM em  
19 Sumaré, que produzia computadores de médio porte naquela época, pois não existiam laptops. A  
20 IBM dos Estados Unidos tinha reservado a filial brasileira para exportar para o mundo um  
21 determinado modelo de computador. Tinham um Brasil que sonhava em ser um país rico, pois  
22 tinham acabado de recuperar a democracia. A respeito da pergunta sobre uma pessoa física, o  
23 Prof. Rogério Cerqueira Leite havia convencido a cidade de Campinas a reservar uma área de  
24 cerca de 11 milhões de metros quadrados, preservando-a daquele surto de especulação  
25 imobiliária para uso mais nobre. Ele tinha certa vocação para aquilo, porque o governo militar  
26 tinha implantado o CPQD. Aquele Brasil não tinha vingado, mas a lei de ocupação de solo tinha  
27 preservado aquela área. Disse que responderia a segunda pergunta e, depois, iria para a  
28 primeira, sobre a prefeitura. Como poderiam desenvolver atividades que não fossem estritamente  
29 de ensino, pesquisa e extensão dentro da Fazenda Argentina? Eram muito poucas, limitadas e  
30 com muita dificuldade. Relembrou a todos sobre o problema das cantinas no campus, pois não  
31 tinham onde comer. Também não tinham onde estacionar, mas aquilo não tinha a ver com as  
32 tecnologias não sustentáveis. Tinha pouca sombra no campus, poucas calçadas, o que deveria ter  
33 muito mais. Era difícil trazer atividades comerciais que não fossem subsidiárias, vinculadas a  
34 atividades de pesquisa e ensino. Podiam até fazer cantinas, mas não podiam fazer um restaurante

1 ou vender bebidas alcoólicas, por exemplo. Também não podiam trazer, por exemplo, uma  
2 empresa que oferecesse um serviço de patinetes elétricos. Pouquíssima coisa era viável e era  
3 justamente por isso que as atividades das bordas eram importantes. Se implantassem todas as  
4 edificações no centro da Fazenda Argentina, longe das bordas, teriam que andar até o  
5 restaurante, a creche, a academia, a livraria etc. A parte de instalação de pesquisa, ensino e  
6 extensão era da Unicamp, e as outras eram do setor privado. E não faltaria, certamente, na área  
7 da saúde, assim que houvesse mudança na legislação e que a prefeitura submetesse à câmara  
8 para aprovação de alguma mudança. A proposta da prefeitura comportava eixos de uso  
9 econômico. O eixo sul da Fazenda Argentina, assim que a legislação permitisse e que tivesse  
10 infraestrutura, estaria cheio de laboratórios, clínicas, exames médicos, consultórios odontológicos  
11 e médicos de todos os tipos. Aquilo iria acontecer naturalmente do lado de fora. Do lado de  
12 dentro, teriam que ver quais atividades lhe pertenciam, e tinham vários projetos da área de saúde,  
13 ensino, pesquisa, assistência etc. Também tinham as áreas azuis, que eram reservadas para  
14 implantação de infraestrutura pública e comunitária. Ali podiam fazer atividades abertas para a  
15 comunidade, como creche, escola pública, museus e a Casa dos Saberes Ancestrais. Disse que  
16 passaria para a primeira pergunta, sobre o papel da prefeitura naquilo. No mundo, atualmente,  
17 tinham mais de 20 projetos inspirados naquela mudança do conceito do parque científico para o  
18 parque científico tecnológico, que agora se chamava Instituto de Inovação. Em todos eles, o poder  
19 público tinha um papel fundamental. Naquele caso, a estrutura fundiária, ou seja, a propriedade  
20 da área, era muito heterogênea. Se fosse área pública, como tinham visto em países como a  
21 França, por exemplo, o Poder Público diria o que podiam ou não construir, além de como  
22 construir. Aquilo não acontecia no Brasil, porque tinham proprietários privados. O Poder Público  
23 tinha um poder ordenador através da legislação e de sua capacidade de implantar a infraestrutura.  
24 E, Campinas, há muito tempo, tinha uma prefeitura com poucos recursos. Finalmente, o déficit da  
25 prefeitura tinha sido resolvido, mas ainda tinham uma dívida enorme. Por isso, a prefeitura nunca  
26 tinha recurso para fazer uma infraestrutura. Em relação à vinculação daquilo aos condomínios, a  
27 prefeitura negociava com o proprietário que queria fazer o condomínio e, então, ele deveria  
28 contribuir com a infraestrutura. Aquilo também era muito difícil, porque era uma área muito grande,  
29 além de que não se fazia infraestrutura aos poucos. Além de ordenar a ocupação do território via  
30 lei, a prefeitura tinha um segundo papel: ela estava procurando recursos do Estado e do Governo  
31 Federal para implantar a infraestrutura mínima. Imaginava que ela iria criar algum tipo de entidade  
32 pública que não poderia mandar, mas poderia tentar induzir um tipo de desenvolvimento mais  
33 sustentável. Era uma operação urbana que precisava ser comandada por alguém. Aquela  
34 entidade pública ainda não existia, mas, em algum momento, teria que ser criada, porque os

1 projetos só caminhavam depois que as autoridades eram estabelecidas. A **Sra. Presidente**  
2 agradeceu ao Prof. Mariano. Passou a palavra para a Profa. Nashieli. A conselheira **Profa.**  
3 **Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** cumprimentou a todos e disse que gostaria de saber se  
4 tinha sido feito algum tipo de consulta ou enquete em Campinas, a fim de perguntar para os  
5 cidadãos o que eles gostariam para a cidade e quais eram as suas preferências. Isso porque,  
6 como estrangeira (mexicana de origem), sempre tinha lhe chamado a atenção o quanto a  
7 Unicamp era uma referência nacional e internacional, mas, quando iam para o centro da cidade e  
8 perguntavam às pessoas, o único lugar conhecido era o Hospital das Clínicas. Tinha feito até um  
9 trabalho de campo com seus alunos de uma disciplina de antropologia econômica e a referência  
10 era o Hospital das Clínicas. Disse que chamava muito a atenção aquela referência da Unicamp  
11 para fora, mas, na própria cidade, conhecia-se muito pouco. Aquilo a levava a outra questão, que  
12 era o fato de haver pouquíssimas áreas de lazer em Campinas, senão o shopping, que era o lugar  
13 de sociabilidade, visto que havia poucos parques, lugares com infraestrutura boa para esportes  
14 etc. Gostaria de saber se o pessoal da pesquisa e os coreanos tinham feito ou estavam pensando  
15 em fazer uma enquete para dialogar com a cidadania e com a cidade de Campinas sobre suas  
16 necessidades também. A conselheira **Profa. Marcia Azevedo de Abreu (IEL)** cumprimentou a  
17 todos e disse que gostaria de trazer um dado que não tinha sido mencionado, visto que não era o  
18 objetivo, e, certamente, a maioria não sabia. Havia uma grande resistência àquele tipo de  
19 ocupação. Havia dois movimentos. Um deles era do Guará, de Barão Geraldo, contra a instalação  
20 daquele polo urbano em volta da Fazenda Argentina. Quem morava ou passava por Barão  
21 Geraldo sabia que o trânsito era cada dia pior, e, se tivesse prédios ali, não funcionaria. Haveria  
22 engarrafamento em Barão Geraldo, coisa que há cinco anos não existia. Disse que acompanhava  
23 a discussão no grupo do Guará, e o projeto, até onde sabia, seria para fazer edifícios ali no  
24 entorno e para ter um adensamento urbano maior do que os condomínios, como o Prof. Mariano  
25 havia dito. Tinham ruas sem calçamento e sem asfalto, sem qualquer tipo de cobertura, não tinha  
26 esgoto etc. Então, para fazer aquele projeto, as pessoas estavam reivindicando que fosse  
27 pensado sobre o que já existia. Disse à Profa. Nashieli que havia, sim, uma discussão na  
28 prefeitura, porque teria que haver uma consulta pública para fazer aquilo. A última notícia que  
29 tinha visto era de que o prefeito havia desistido. Então, ela tinha razão, não era uma coisa  
30 tranquila nem pacificada para a população de Campinas. O **Prof. Mauricio Laplane** disse que  
31 também eram boas questões e que começaria pelo final. Além da área do HIDS, a prefeitura tinha  
32 ampliado, à beira da estrada, mais de 5 mil metros quadrados da Rodovia Adhemar de Barros, e  
33 tinha chamado o projeto da prefeitura de PIDS Polo. Havia três polos de inovação no  
34 planejamento de longo prazo da cidade: o de Barão Geraldo, o do aeroporto e um polo cêntrico

1 que estavam tentando criar, na área da ferrovia, a fim de atrair empresas de inovação, dar vida ao  
2 centro, ocupar área do aeroporto etc. Aquele seria o terceiro projeto. Eram polos de inovação, só  
3 para esclarecer as duas siglas. O que estavam fazendo na Unicamp era planejar o  
4 desenvolvimento do HIDS na Fazenda Argentina. O HIDS/Unicamp era aquilo. O HIDS na cidade  
5 eram 11 milhões e o HIDS/PID eram 15 milhões. O prefeito dizia que a prefeitura estava  
6 conduzindo um processo de consulta pública na região, por enquanto. Mas, obviamente, o  
7 processo de discussão de lei na câmara era o momento de dialogar com a cidade como um todo.  
8 A prefeitura tinha detectado, naquele processo de consulta em Barão Geraldo, que havia uma  
9 resistência àquela manipulação de 5 milhões a mais de metros quadrados no PIDS. Disse que  
10 não conversava com o prefeito, mas tinha lido a mesma matéria que a Prof. Márcia, e, se tinha  
11 entendido bem, o prefeito havia dito que, se aquilo fosse um obstáculo, ficariam só com o HIDS,  
12 que era a área do antigo CETEC. Quanto à participação a uma consulta mais ampla da cidade, o  
13 processo de mudança da lei previa audiências públicas. Queria crer que, assim como Barão  
14 Geraldo tinha se mobilizado naquela etapa, a cidade toda iria se mobilizar, a partir de setembro,  
15 com movimentos sociais e partidos políticos para discutir aquilo, a cada vez que alguém quisesse  
16 mexer no Plano Diretor. Sobre a questão do adensamento, Barão Geraldo tinha mil problemas.  
17 Apesar de morar em Sousas, reconhecia que tinham problemas parecidos. O problema de Barão  
18 Geraldo era a escala muito maior. Os engarrafamentos de Barão Geraldo eram consequência dos  
19 condomínios e da baixa densidade, que bloqueava o transporte público. Então, tanto em Barão  
20 Geraldo quanto em Sousas, o número de carros era igual ao número de habitantes. Cada filho  
21 tinha um carro, e não tinha transporte público. Aquilo era consequência da maneira de ocupação  
22 do território. O que estava previsto pela Prefeitura era até 7 andares, e até 4 em Barão Geraldo.  
23 Por motivos históricos, Barão Geraldo sempre tinha tido 4 andares, mas condomínios ou áreas  
24 residenciais de moradias uni familiares inviabilizavam o transporte público. Aquela estratégia de  
25 construção, em que o desenvolvedor construía a própria estrutura, era o que impedia que se  
26 fizesse uma rede de saneamento. Barão Geraldo tinha que mudar, e a mudança dependia do  
27 número de habitantes, ou seja, do mínimo de densidade. Aquilo tinha que ser feito com espaço  
28 para os esportes, cultura, lazer, preservação das áreas verdes. Disse que tinha amigos em  
29 Sousas que achavam que moravam em um paraíso ecológico, e dizia que estavam enganados.  
30 Não tinha saneamento, viviam engarrafados, tinham que pegar o carro para ir à padaria. Aquilo  
31 não era o paraíso ecológico, apesar de terem muito verde, por enquanto. Via todo aquele debate  
32 de Barão Geraldo e da cidade com bons olhos. Achava que, se Campinas tivesse feito aquilo  
33 cerca de 30 ou 40 anos atrás, a cidade teria, atualmente, outra “cara”. Achava que a Unicamp  
34 podia ser indutora de um desenvolvimento mais sustentável, pois, se fizessem um campus bem

1 construído e planejado, poderiam induzir um tipo de desenvolvimento no entorno melhor do que  
2 tinham hoje em dia. Relembrou que, quanto havia chegado em Campinas nos anos 80, queria  
3 morar na Cidade Universitária. Não tinha dinheiro para pagar o aluguel e, então, tinha ido morar  
4 no Taquaral, que era onde tinha dinheiro para pagar. Mas, hoje em dia, não moraria na Cidade  
5 Universitária, porque tinha coisa melhor. Achava que, se a Cidade Universitária fosse construída  
6 hoje, ela teria mais áreas públicas, mais segurança, transporte público etc. Gostaria de deixar uma  
7 mensagem. Pediu que vissem, em suas unidades e nos seus programas de pós-graduação, quais  
8 projetos vinculados a ODS podiam contribuir para adensar intelectualmente e presencialmente,  
9 com implantação de laboratórios, salas de aula, equipamentos de ensino e de extensão, pois  
10 tinham espaço. Achava que, como universidade, poderiam ir atrás de parceiros e de dinheiro. A  
11 segunda mensagem era para pensarem grande. Não se tratava de uma salinha, um lugar para  
12 colocar o carro ou uma sombra para estacionar. Alguém tinha tido grandes sonhos para Barão  
13 Geraldo e para aquele país, 50 anos atrás, na Unicamp. Se não fossem aquelas pessoas, não  
14 estariam ali. Alguém tinha sonhado, nos anos 60, com a Unicamp de 2020. A obrigação de todos  
15 ali era sonhar, hoje, a universidade em 2050, que fosse melhor e que trouxesse o que o Brasil  
16 precisava. Agradeceu pelo tempo e pela paciência. Convidou a todos para visitarem o site,  
17 mandarem projetos e conversarem com a Sra. Patrícia, que era o braço esquerdo e direito do  
18 projeto, juntamente com a Profa. Gabriela, o Prof. Wesley, da Biologia, e a Profa. Sonia, do IFCH.  
19 **A Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Mariano e à Sra. Patrícia. Reforçou que aquele tempo que  
20 o Prof. Mariano tinha tido para a explicação do HIDS era, também, para estimular os programas  
21 de pós-graduação a associarem, eventualmente, seus projetos aos objetivos de desenvolvimento  
22 sustentável. Achava que aquilo poderia virar um projeto concreto. O **Prof. Mariano Laplane**  
23 complementou que, para os programas de pós-graduação interdisciplinares e interunidades,  
24 aquele projeto de química para universidades era fantástico, porque contemplava todos os  
25 departamentos de Química e mais alguns afora, de outras unidades. Era outra cara para a pós-  
26 graduação de 2050. Era aquilo que as universidades do mundo estavam fazendo e que  
27 precisavam fazer também. Agradeceu. **A Sra. Presidente** agradeceu novamente e pediu à Profa.  
28 Patrícia para passar os slides da apresentação para os coordenadores, para os estimularem.  
29 Disse que daria sequência à reunião, iniciando a Ordem do Dia, informou a todos que não havia  
30 nenhum destaque. Perguntou se alguém teria algum destaque a fazer. Não havendo, colocou  
31 todos os itens em votação, que foram aprovados por unanimidade. Dando sequência ao  
32 Expediente, disse que o primeiro ponto tinha sido a apresentação do HIDS, do Hub Internacional  
33 Sustentável. Reforçou o recado que o Prof. Mariano tinha passado para os coordenadores da pós-  
34 graduação, de que tivessem vontade, estímulo e o esforço coletivo de ocupar aquele espaço com

1 novas propostas de reflexão, pensamento, tecnologia e aplicações. Disse que faria um informe  
2 sobre o edital para pós-doutores. Achava que todos já tinham conhecimento, porque aquilo já  
3 tinha sido discutido em outras câmaras, na CEPE e no próprio Conselho Universitário. A Reitoria  
4 iria lançar uma Resolução de um Edital para incorporação de pós-doutores, com os recursos  
5 orçamentários da Universidade. O valor de bolsa seria igual à da Fapesp, que significava 8.497  
6 reais para várias unidades, de acordo com o cálculo que tinha sido feito. Por isso, várias unidades  
7 teriam de 5 a 8 bolsistas. Além daquelas bolsas, as unidades que tinham três ou mais cursos de  
8 graduação teriam uma bolsa a mais, porque o peso da carga didática era maior. Também teriam  
9 uma carga adicional para o edital específico de candidatos pretos e pardos. Dando sequência à  
10 política de inclusão da universidade, lembrou que aquele era o edital que vinculava o pós-  
11 doutorado não apenas ao seu projeto de pesquisa, mas também às cargas de cursos de  
12 graduação. A ideia do edital não era apenas de trazer talentos ou de preservar os talentos  
13 doutores que, às vezes, saíam da universidade, mas também de ter um investimento nos cursos  
14 de graduação, de forma a, possivelmente, liberar os docentes para aproveitar os estágios no  
15 exterior, os estágios sabáticos etc. Os pós-doutores gostavam muito da dedicação didática, e  
16 todos eles tinham experiências muito positivas. Aquele edital deveria sair em breve. Passou a  
17 palavra para a Prof. Marcia. A conselheira **Profa. Marcia Azevedo de Abreu (IEL)** perguntou se,  
18 no edital para pretos e pardos, era possível a concorrência de estrangeiros, ou se era destinado  
19 somente a brasileiros. A **Sra. Presidente** respondeu que estava aberto. A conselheira **Profa.**  
20 **Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que tinha uma sugestão em relação ao ponto  
21 anterior, do projeto. Disse que seria interessante chamar um seminário de discussão com todos os  
22 coordenadores e coordenadoras dos programas. Isso porque tinham recebido, recentemente, o  
23 Programa internacional de Apoio a Ações Estratégicas da Capes e, por isso, talvez fosse  
24 interessante pensar em projetos mais abrangentes, por programa, que tivessem a ver com aquele  
25 diálogo. Achava que seria interessante organizarem alguma coisa um pouco mais ampla, já que  
26 eles queriam uma participação dos programas. A **Sra. Presidente** disse que falaria sobre aquele  
27 novo edital da Capes. Havia um problema sério nele, pois era um pouco restrito no tempo, com  
28 prazo de seis meses. Não dava para articular muita coisa em seis meses, somente para,  
29 eventualmente, agregar grupos e capacidades e iria falar mais adiante. No item Catálogo de Pós-  
30 graduação, era um ponto que o Prof. Aurélio talvez pudesse falar sobre, porque tinha algo a ver  
31 com os prazos e exigências da DAC no caso da definição de disciplinas. Passou a palavra para o  
32 Prof. Aurélio. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que, no  
33 IMECC, tinham feito alteração da ementa de uma disciplina da pós-graduação. Para a sua  
34 surpresa, apesar de o período de alteração de catálogo estar aberto, não estava sendo possível

1 alterar ementa nem biografia. Consultando a DAC, tinha sido informado de que estava havendo  
2 muitas alterações de ementa que caracterizavam outra disciplina, e não só uma alteração. Em  
3 princípio, a tentativa de alteração tinha sido negada. O sistema não estava aberto e, então, teriam  
4 que solicitar que a DAC fizesse a alteração. Tinham perguntado o que podiam fazer com a  
5 primeira negativa, porque tinha sido por um e-mail com vários assuntos misturados. A resposta foi  
6 que fizessem por sistema. Paralelamente ao pedido por sistema, disse que tinha comunicado a  
7 Pró-Reitoria do desejo de fazer aquela alteração, caso não desse certo com a DAC. Tinham feito,  
8 recentemente, um pedido com justificativa de alteração, que havia sido recusado há alguns  
9 minutos. Disse que tinha sugerido ao professor responsável, coordenador do grupo que estava  
10 fazendo a alteração, que fizessem uma justificativa bastante técnica, e ele tinha concordado. Isso  
11 porque a justificativa estava parecendo até um pouco arrogante, no sentido de que nem ele  
12 conseguia rebater o que estava escrito, porque não entendia tudo o que estava na justificativa.  
13 Ressaltou que, apesar de ser uma justificativa de seu próprio programa, não conseguia rebater a  
14 argumentação do professor. Lendo as duas ementas, para quem não era especialista, elas  
15 pareciam totalmente diferentes entre si. A justificativa técnica do professor explicava que não  
16 eram iguais, e afirmou que não sabia a teoria suficiente para rebater. A rejeição da DAC era  
17 genérica, pois poderia ser enviada para qualquer coordenador com a mesma explicação de que,  
18 se a ementa era diferente o suficiente, era outra disciplina. Tinha sido intencional, mas não com a  
19 intenção de ser arrogante. Tinha sido para deixar claro que quem poderia dizer melhor se era  
20 outra disciplina ou não era uma pessoa especialista na área. A **Sra. Presidente** perguntou, para  
21 maior esclarecimento, se tinha sido a alteração em uma ementa de uma disciplina obrigatória ou  
22 eletiva. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** respondeu que era  
23 eletiva, mas era disciplina de qualificação no programa. A **Sra. Presidente** perguntou se tinha  
24 havido uma alteração da ementa e a DAC tinha se colocado contrária à alteração, com  
25 justificativas, processos etc. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse  
26 que agora tinha sido via processo. A DAC também mencionava que alteração na bibliografia era  
27 uma coisa que não deveria ser feita. Inclusive, a alteração da bibliografia também não estava  
28 sendo permitida, por mais que tivesse sido solicitada. A **Sra. Presidente** perguntou se estavam  
29 reclamando sobre a falta de autonomia dada pela DAC aos programas e aos docentes. Passou a  
30 palavra para o Sr. Fernandy. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que, na verdade,  
31 estavam fazendo uma aplicação nova, onde o próprio aluno iria emitir o programa da disciplina  
32 dele. Só que, com isso, tinham checado que havia várias disciplinas que estavam com a descrição  
33 “o programa vai ser disponibilizado no oferecimento da disciplina” na ementa. Caso fosse uma  
34 disciplina de tópicos, seminários etc., até concordaria, mas aquilo não era permitido para



1 disciplinas regulares, como aquela. A princípio, tinham fechado o sistema para que ninguém  
2 mexesse em disciplinas existentes, para não aumentar o problema. Já estavam estudando e  
3 trabalhando para que houvesse uma aplicação onde qualquer coordenação poderia alterar  
4 aquelas disciplinas e programas, porque o aluno poderia emitir aquilo a qualquer momento depois  
5 de cursada a disciplina. Estavam fazendo aquilo para a graduação e para a pós-graduação, e iria  
6 sair em português, inglês e espanhol. Não sabia qual justificativa tinha sido dada no caso do  
7 IMECC, mas não significava que não seria possível fazer alteração. Estavam estudando ainda e  
8 aquilo iria poder ser alterado depois. No momento, tinham fechado para organizar as coisas,  
9 porque, senão, o problema só iria aumentar e depois não teria controle. Mas aquilo seria  
10 disponibilizado novamente para que cada coordenação corrigisse todos os problemas que  
11 tivessem. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** comentou que também estavam  
12 tendo aquele problema na FECFAU, sendo que já tinham conversado bastante no WhatsApp e no  
13 grupo dos assistentes técnicos de pós-graduação. Até entendia, no caso da ementa, a  
14 necessidade de ter um controle maior, mas, no caso da bibliografia, era uma coisa que se  
15 esperava que fosse atualizada a cada oferecimento, porque o conhecimento ia evoluindo. Então,  
16 para eles, a bibliografia era um problema, pois até a Capes esperava que a mantivesse  
17 atualizada. No caso da ementa, até entendia, porque, se o aluno fosse emitir o próprio certificado,  
18 ele teria que pegar a do ano em que tinha cursado. Sugeriu que criassem um conjunto de dados  
19 históricos e fossem pegando as informações do ano em que o aluno tinha cursado. Então, caso  
20 não tivesse alteração, qualquer busca iria para o mesmo arquivo. Bloquear, principalmente a  
21 bibliografia, lhe parecia ser uma solução que os prejudicava muito. E, no caso da ementa, a  
22 redação já estava lá há 10 anos, ou seja, não era nada que precisasse ser alterado  
23 significativamente, de forma que, se não mudasse no mesmo ano, poderia ser modificado depois.  
24 Já no caso da bibliografia, queria pedir uma atenção especial de, pelo menos, aceitarem, porque  
25 era esperado que fizessem aquela alteração. Exemplificou que alguns alunos pediam a  
26 atualização da bibliografia, e o fato de não conseguir modificá-la iria desmotivá-los a manter os  
27 olhos atentos para aquilo. Agradeceu. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que, na  
28 verdade, havia tido uma falha da DAC em relação às unidades, pelo fato de não ter comunicado  
29 aquilo. Mas estava previsto justamente uma atualização de bibliografia no oferecimento da  
30 disciplina, que poderia, sem problema nenhum, ser modificada a cada semestre. Na hora em que  
31 estivesse pronta, a aplicação teria aquela função. A **Sra. Presidente** questionou o que poderiam  
32 fazer enquanto a aplicação não estivesse pronta. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu  
33 que estava fechado no momento porque, se abrissem a bibliografia, estariam abrindo todo o  
34 programa novamente, o que significava que poderiam colocar o que quisessem lá. Tinham

1 fechado, justamente, para fazer aquele levantamento. Caso deixassem aberto, dali a um tempo  
2 teriam de fazer outro levantamento. A **Sra. Presidente** disse que tinha uma dúvida tecnológica.  
3 Perguntou de que adiantaria fazer um levantamento sobre aquilo que iria mudar. O **Sr. Fernandy**  
4 **Ewerardy de Souza** respondeu que não era sobre o que iria mudar. O problema maior era que  
5 tinha muita coisa ali que só tinha pontinhos na bibliografia, e outros que só tinham “xxxx”. Tinham  
6 que fazer levantamento de tudo para passarem para as coordenações, a fim de que corrigissem  
7 aquilo no futuro. Se deixassem aberto, continuaria “xxxx pontinho”. A **Sra. Presidente** perguntou  
8 qual era a previsão para a abertura do sistema. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** disse que já  
9 estavam trabalhando e finalizando. Tinham 41 ofícios para mandar para as secretarias, a fim de  
10 que acertassem aquilo. Provavelmente terminariam até o final do mês. A **Sra. Presidente**  
11 perguntou qual era a sugestão para aquele meio tempo, se era o professor fazer a bibliografia  
12 nova ou mudar a ementa e entregá-la para os seus alunos. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza**  
13 disse que, atualmente, a bibliografia da pós-graduação já era entregue aos alunos pela secretaria,  
14 não pelo sistema. Estavam colocando aquilo no sistema para que o aluno pudesse receber por lá.  
15 Então, seria atualizado no sistema. A **Sra. Presidente** perguntou se, naquele meio tempo em que  
16 o sistema estivesse fechado, a sugestão era que o professor e a secretaria entregassem o  
17 programa daquela disciplina e daquele semestre para o aluno e, quando ele já tivesse terminado,  
18 se estaria disponível no próprio sistema. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que era  
19 no próprio sistema. A **Sra. Presidente** perguntou se ele atualizava no papel e entregava para o  
20 aluno. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu afirmativamente. O conselheiro **Prof.**  
21 **Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira** (IMECC) disse que tinha tentado evitar o assunto da bibliografia  
22 ao máximo, mas a resposta da DAC tinha sido muito preocupante. Na resposta que tinha  
23 recebido, a DAC estava pensando em criar bibliografia básica e uma adicional, e a básica nunca  
24 poderia mudar. Se mudasse, era outra disciplina. Era óbvio que não daria certo, porque quem  
25 definia a bibliografia era a ementa, não o contrário. A **Sra. Presidente** disse que quem definia o  
26 que era básico também não era a DAC. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira**  
27 **(IMECC)** disse que entendia que a DAC tinha que perguntar, mas, se quisesse mudar a  
28 bibliografia básica, teria que criar outra disciplina. Exemplificou que a Profa. Márcia, que tinha se  
29 aposentado, estava escrevendo um livro que pretendia incluir na disciplina que mais gostava de  
30 ministrar na pós-graduação, mas, se fosse adotar aquele livro, teria que criar outra disciplina,  
31 sendo que o livro seria escrito a partir da ementa da mesma disciplina. A **Sra. Presidente**  
32 perguntou ao Sr. Fernandy se era aquilo mesmo, e solicitou que explicasse onde estava o  
33 problema. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que estava fechado no momento,  
34 mas, quando abrissem, iria voltar a ser novamente como era antes. E regularizado, porque o

1 aluno iria poder emitir aquele programa a qualquer momento. Então, teriam que abrir o sistema  
2 depois para que aquilo pudesse ser feito. A **Sra. Presidente** disse que, em relação àquele curto-  
3 circuito com a Profa. Márcia e com o livro que queria colocar, ela finalizava quando estivesse  
4 pronto e colocava lá. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu afirmativamente. O  
5 conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** questionou o que fariam em relação  
6 à ementa. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** disse que era a mesma coisa. O conselheiro  
7 **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que, então, não precisava se preocupar,  
8 porque conseguiria alterar a ementa quando o sistema fosse aberto. O **Sr. Fernandy Ewerardy**  
9 **de Souza** disse que na pós-graduação, sim. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de**  
10 **Oliveira (IMECC)** perguntou se poderia mudar mesmo que parecesse que estava mudando a  
11 ementa totalmente. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que a responsabilidade era  
12 da coordenação. Se ele tinha colocado lá, a aprovação era dele. O conselheiro **Prof. Aurélio**  
13 **Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que seu entendimento tinha sido totalmente diferente.  
14 Estava esclarecido. A **Sra. Presidente** disse que, o Sr. Fernandy tendo esclarecido, assumiam  
15 que a DAC tinha resolvido. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)**  
16 agradeceu. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** achava que o que o Sr.  
17 Fernandy tinha falado fazia sentido. O que estava escrito no e-mail, que o colega tinha reportado,  
18 não parecia fazer sentido e, então, tinham tido um grande problema de comunicação. Sugeriu que  
19 a DAC dissesse, para todos os coordenadores, que estavam fazendo uma alteração no sistema,  
20 pois, do jeito que tinha sido dito, parecia uma ingerência da DAC sob a autonomia do docente  
21 para alterar aquela disciplina. Mas, pela fala do Sr. Fernandy, era só um mês de espera para  
22 acertar o programa, então achava que valeria a pena um e-mail da DAC. Juntando com o que o  
23 colega tinha falado, se era para o aluno baixar quando quisesse, ele deveria poder baixar o que  
24 tinha cursado, não o que estava sendo oferecido. Perguntou se o sistema iria permitir, por  
25 exemplo, que o aluno baixasse o sistema de 2005. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** disse  
26 que era justamente aquilo. Estavam organizando a casa justamente porque a disciplina de 2000,  
27 por exemplo, não era a mesma de agora. O programa era referente ao que ele tinha cursado.  
28 Tinha ocorrido uma falha, que seria nivelada. A **Sra. Presidente** disse que estava resolvido. O  
29 conselheiro **Prof. Sávio Souza Vennancio Vianna (FEQ)** pontuou que tinham tido, na FEQ,  
30 exatamente o caso de dois professores que tinham lançado dois livros recentemente. Tinham  
31 tentado inserir, consultado a DAC e recebido exatamente a mesma informação. Então, você tinha  
32 que desenrolar o curto-circuito, porque o e-mail que tinham recebido não era legal. A **Sra.**  
33 **Presidente** respondeu que não era uma questão de e-mail, mas de sistema. A conselheira **Profa.**  
34 **Heloisa Helena Pimenta Rocha (FE)** cumprimentou a todos. Achava que o esclarecimento era

1 importante, porque a secretaria da FE vinha trabalhando com a ideia de que, se mudassem algo  
2 na disciplina, teriam que encerrá-la e criar uma nova. Então, era com aquele entendimento que a  
3 secretaria vinha trabalhando na revisão dos catálogos. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que  
4 estava resolvido e que iria mudar de assunto. Voltaria para o edital pós-doc. Passou a palavra  
5 para a Profa. Liliana. A conselheira **Profa. Liliana de Oliveira Rocha (FEA)** cumprimentou a  
6 todos e disse que gostaria de tirar uma dúvida sobre o edital. Perguntou se os colegas já tinham  
7 tido acesso àquele edital. A **Sra. Presidente** disse que ele ainda não tinha sido apresentado,  
8 porque a reitoria queria apresentar um modelo, algo como um *template*, para as unidades fazerem  
9 os editais. Não era a reitoria que iria fazer. Cada unidade faria o seu próprio edital, com a sua  
10 banca, definindo a área de pesquisa que iria abrir e, junto com a coordenação de curso, e as  
11 disciplinas. Tanto a área de pesquisa quanto as disciplinas estariam escritas no edital específico  
12 de cada unidade. A conselheira **Profa. Liliana de Oliveira Rocha (FEA)** perguntou se teria que  
13 ser carga didática, obrigatoriamente. A **Sra. Presidente** respondeu que, obrigatoriamente, tinha  
14 uma carga mínima de oito horas semanais, qualquer que fosse a disciplina. Podia ser de serviço,  
15 obrigatória, eletiva etc., era um problema da unidade e da coordenação de curso. A conselheira  
16 **Profa. Liliana de Oliveira Rocha (FEA)** perguntou se havia alguma ideia de quem seria o  
17 responsável pela seleção, se a CPG ou a unidade. A **Sra. Presidente** disse que a unidade  
18 decidia, porque não era um programa da pós-graduação. Era um programa de todos, tanto que a  
19 carga didática era da graduação. Então, a unidade teria autonomia sobretudo. Aquele *template*,  
20 na verdade, era para orientar pontos e, inclusive, para que houvesse uma homogeneidade nas  
21 muitas seleções que haveria na Unicamp. Estavam sugerindo requisitos para candidatura, e um  
22 deles era, por exemplo, que os pós-doutorados tivessem, no máximo, sete anos de defesa do  
23 doutorado. Mas os prazos, por exemplo, de alguém que tinha tido filho ou amamentado poderiam  
24 ser descontados daqueles sete anos. Mas poderiam ter, como no caso da educação, muitos  
25 professores que trabalhavam em instituições, em escolas, que podiam ter o seu afastamento sem  
26 vencimentos e sem perder o vínculo empregatício para fazer jus a um doutorado. Então, ele tinha  
27 o seu vínculo empregatício, mas estava sem vencimento para poder usufruir da bolsa da  
28 Unicamp. Aquilo também era possível. Estava tudo escrito ali, para que as pessoas tivessem as  
29 eventuais alternativas resolvidas. Estava chamando de *template* para ter aquelas orientações e  
30 para dar certa homogeneidade às seleções da Unicamp. Achava que a Resolução não tinha saído  
31 ainda porque ela estava na PG, mas devia sair logo. Passou a palavra para o Prof. Pedro. O  
32 conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** cumprimentou a todos e disse que  
33 gostaria de tirar uma dúvida em relação à nova funcionalidade do SIGA. Tinha chegado uma  
34 informação no dia posterior com relação às novas formas de defesa: híbrida, remota etc. Estava

1 dizendo que “o estudante pode defender, de forma presencial, híbrido ou remoto e, ao enviar a  
2 solicitação de defesa, deve selecionar a forma de participação”. Ou seja, entendia que a primeira  
3 pessoa que entraria no SIGA, naquela forma de participação, era o aluno. Em seguida, dizia que  
4 “Ao acessar para validar o pedido de defesa, o orientador deve selecionar a forma de defesa,  
5 podendo ser presencial, híbrida ou remota”. Perguntou se o orientador iria poder mudar a forma  
6 que o aluno tinha colocado, já que o aluno e o orientador iam poder entrar naquela forma de  
7 defesa. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que, na verdade, quem tinha que colocar  
8 a forma de defesa era o orientador, pois era ele que iria aprovar dizendo se era híbrido ou  
9 presencial. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** perguntou se aquela  
10 escolha seria feita anteriormente pelo aluno. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** disse que o  
11 aluno estaria de acordo com o seu orientador. Se ele estivesse com algum problema de saúde e  
12 não pudesse estar presencial, era o que estava no regimento, o orientador diria se seria híbrida,  
13 remota ou presencial. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** perguntou se  
14 eram duas entradas daquela forma, uma pelo aluno e, depois, pelo coordenador validando ou  
15 não. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** disse que tinha achado aquilo estranho, porque tinha  
16 sido combinado que seria pelo orientador. A **Sra. Presidente** disse que só orientador fazia aquilo.  
17 O aluno não definia como iria defender, apenas encaminhava o pedido. O conselheiro **Prof. Pedro**  
18 **Maciel Guimarães Junior (IA)** disse que a informação que a DAC havia passado tinha ficado  
19 dúbia. Por isso, tinha pensado que teriam dois momentos de decisão e, depois, um terceiro  
20 momento de validação. A **Sra. Presidente** confirmou que só haveria um momento de escolha, que  
21 era do orientador, e, depois, o coordenador assinava e validava. O aluno só abria o  
22 encaminhamento da defesa. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)**  
23 agradeceu. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** disse que tinha entrado naquela  
24 funcionalidade no dia anterior e tinha ficado confuso. Exemplificou que, em uma defesa em que o  
25 aluno, o orientador e os membros da casa estariam presencialmente, mas o membro externo  
26 estaria remoto, a defesa era híbrida. Quando iam assinar, o sistema perguntava se o aluno estaria  
27 remoto. Entendia que não, mas, pela orientação que tinha visto no e-mail, tinha que colocar que  
28 sim, porque haveria alguém participando remotamente. Se não colocasse, iria abrir uma janela  
29 solicitando que voltasse o pedido para trás e, então, teria que justificar ou alguma coisa assim. Era  
30 obrigado a colocar que o aluno iria participar remotamente. Em seguida, o sistema perguntava se  
31 o programa autorizava o aluno, o orientador ou um membro interno a participar remotamente e, se  
32 dissesse que não, o sistema não iria para frente. Tinha que colocar que sim por conta da presença  
33 de um membro externo participando remotamente. Tinha achado meio confuso. A **Sra.**  
34 **Presidente** disse que o sistema tinha que se adequar ao regimento. O conselheiro **Prof. Enelton**

1 **Fagnani (FT)** disse que, no final do processo, não sabiam, de fato, se o aluno estaria presencial  
2 ou remoto. Parecia que daria no mesmo. A **Sra. Presidente** disse que não daria no mesmo. O  
3 conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** disse que não sabia se sua leitura tinha sido errada, mas  
4 tinha ficado bem confuso. Pediu uma confirmação ao Sr. Fernandy. O **Sr. Fernandy Ewerardy de**  
5 **Souza** disse que também tinha ficado confuso com aquela informação. Disse que checaria no  
6 sistema, mas o combinado era que, se o aluno ou o orientador que estivessem remotos  
7 colocavam as suas justificativas. Era o que estava no regimento. Os demais membros iriam estar  
8 como era antigamente. Iria aparecer lá na frente se ele estava remoto ou não, e apareceria na Ata  
9 dizendo que estava remoto. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** solicitou ao Sr. Fernandy  
10 que conferisse o sistema, porque tinha virado uma confusão. Isso porque tinha aparecido no dia  
11 anterior, quando os pedidos já tinham entrado no sistema. Nem tinha sido o orientador a fazer a  
12 justificativa, mas ele próprio, porque precisava que a coisa fosse para frente. Tinha escrito, como  
13 justificativa, que os membros externos iriam participar remotamente por uma questão de distância,  
14 custo etc., uma coisa bastante genérica. Caso os colegas tivessem acesso ao sistema e  
15 estivessem com a mesma dúvida, achava que justificava alguma alteração. Agradeceu. O  
16 conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que entendia que a banca era  
17 híbrida, ou seja, as pessoas de fora não estavam ali e, então, não precisava da justificativa que  
18 o sistema estava pedindo. No sistema, caso alguém participasse remotamente, aí precisaria de  
19 justificativa. A **Sra. Presidente** disse que o sistema tinha previsto que apenas os colegas da  
20 Unicamp teriam que justificar. O externo não precisava. Caso ele estivesse fora, a banca era  
21 híbrida. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que o manual dizia  
22 que, se a banca fosse híbrida, tinha que justificar. Não era todo caso. Caso tivesse alguém da  
23 Unicamp participando remotamente é que teriam que verificar. A conselheira **Profa. Márcia**  
24 **Azevedo de Abreu (IEL)** disse que o problema era no sistema. Tinha tentado autorizar no dia  
25 anterior, com todas as combinações possíveis. Não tinha andado de jeito nenhum. Tinha tirado  
26 um print de tela e o AT iria mandar para a DAC. O sistema não validava. O **Sr. Fernandy**  
27 **Ewerardy de Souza** disse que iria checar. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)**  
28 perguntou se poderia voltar ao edital do pós-doutorado, pois tinha ficado confuso. A **Sra.**  
29 **Presidente** respondeu afirmativamente. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)**  
30 perguntou se o pós-doutorado seria obrigado a ter carga horária de graduação. A **Sra. Presidente**  
31 respondeu que sim, mínimo de oito horas semanais. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da**  
32 **Silva (FEF)** perguntou se o pós-doutorado podia assumir a disciplina inteira. A **Sra. Presidente**  
33 respondeu que sim, ele devia, na verdade. Quem não podia assumir a disciplina toda era o PED.  
34 O pós-doutorando era um quem tinha acabado de defender o doutorado. O conselheiro **Prof.**

1 **Renato Barroso da Silva (FEF)** disse que tinha sido falado algo sobre o professor da rede, como  
2 no caso da Faculdade de Educação. Perguntou como funcionava no caso de professores de  
3 outras unidades que estivessem afastados. A **Sra. Presidente** respondeu que, se ele não tivesse  
4 vencimento, sim. Em geral, nas federais, por exemplo, eles eram afastados com vencimento ou  
5 não, dependia. Quando não tinha vencimento, ele vinha com a bolsa do CNPq. No passado, havia  
6 uma bolsa do CNPq para se formarem doutores. Aquela era uma política que não existia há um  
7 tempo, porque todos ou, pelo menos, 90%, tinham virado doutores. Na Unicamp, tinha-se  
8 recebido muitos professores das federais, mestres que tinham se doutorado ali, com programa do  
9 CNPq. Ou, então, como alguém tinha exemplificado, tinha gente do Instituto de Pesquisa ou de  
10 alguma empresa que seria dispensado, sem vencimentos para vir para a Unicamp. Ele teria que  
11 provar que estava dispensado e, uma vez provado, poderia usufruir da bolsa da Unicamp. O que  
12 não poderia era acumular vencimentos. Aquela era uma questão que ainda estava sendo  
13 resolvida, porque aquele era o edital específico. Até tinha falado com o Prof. Cláudio sobre aquilo.  
14 A Diretoria de Direitos Humanos (DeDH) tinha alguma observação anexa sobre o assunto, porque  
15 um edital de pós-doutorado tinha muito menos candidatos do que em uma graduação, por  
16 exemplo. Em uma graduação, a banca era obviamente necessária e, no caso daquele edital,  
17 como em qualquer edital de graduação, era pedido que o candidato se autodeclarasse preto ou  
18 pardo. Uma vez declarado, aquilo seria comprovado. Exemplificou que, no caso da USP, a  
19 comprovação era feita enviando uma foto ou fazendo a entrevista pessoalmente. Estavam dizendo  
20 que, talvez, fosse a decisão de apresentar a foto. No entanto, como queriam a entrevista, estavam  
21 colocando-a como uma indicação obrigatória na banca. A unidade decidia se seria remota ou  
22 presencial, mas a entrevista seria um ponto obrigatório da banca de seleção. A banca poderia  
23 fazer alguma avaliação específica também, porque estavam pedindo o projeto, ou seja, o plano de  
24 trabalho, aquilo que pediam em um pós-doutorado. Alguma unidade poderia querer alguma coisa  
25 adicional, como, por exemplo, um trabalho de laboratório, mas a entrevista seria obrigatória para  
26 comprovar a autodeclaração do candidato. Disse que o Prof. Cláudio a havia alertado que, às  
27 vezes, as bancas tinham o desconforto de decidir para alguém que não tinha o fenótipo do preto  
28 ou pardo. Aquela era uma questão que iriam resolver com a DeDH, sobre como fazer. Informou  
29 que havia uma tabela, que não estava consigo, onde tinha sido feito um cálculo com o número de  
30 alunos e professores. Aquela tabela tinha gerado uma graduação de necessidades, que tinha  
31 dado entre 5 e 8 professores por unidade. As unidades com 3 ou mais cursos de graduação, que  
32 eram 9, tinham ganhado uma bolsa adicional para aquele edital dos pretos e pardos. A  
33 porcentagem não tinha sido colocada, mas a unidade também tinha algumas autonomias. Caso  
34 ela quisesse, por exemplo, colocar uma cota para mulheres. Por exemplo, o edital estava

1 nomeado como edital para pretos e pardos, mas, caso uma unidade quisesse acolher indígenas,  
2 ela acolheria. Tinham professores indígenas no país que podiam querer fazer pós-doutorado na  
3 Unicamp. Na Universidade do Pará, havia muitos professores doutores indígenas. Podia ser que  
4 não tivesse uma área, obviamente, de conhecimento dele. A autonomia era da unidade. O  
5 *template*, para o qual chamava a atenção, era só para criar certa unidade para o programa. O  
6 conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que tinha uma preocupação. De  
7 alguma maneira, tinha sido feito algum estudo ou alguma pesquisa para saber como a  
8 participação dos pós-doutorados nos cursos de graduação da Unicamp poderia influenciar na  
9 avaliação do curso, porque existia um cuidado muito grande com a questão dos professores na  
10 hora de avaliar. E, às vezes, a diferença de uma universidade para outra no ranqueamento dos  
11 cursos era pequena e se dava, justamente, por ter tantos professores colaboradores, de tempo  
12 parcial, o que abaixava a avaliação do curso. Questionou qual seria o impacto da participação do  
13 pós-doutorado na formação dos alunos da Unicamp e no ranqueamento dos cursos. A **Sra.**  
14 **Presidente** respondeu que não sabia se aquilo tinha ocorrido nos cursos de pós-graduação, mas  
15 achava que não. Também não conhecia aquilo em nenhum outro lugar fora da Unicamp. O  
16 conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que, na avaliação do Enade, havia  
17 um tópico sobre aquilo, que era importante na questão do ranqueamento dos cursos, na avaliação  
18 final. A **Sra. Presidente** perguntou se a pontuação de um pós-doutorado atuando na pós-  
19 graduação era positiva ou negativa. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)**  
20 disse que era justamente aquilo que não sabia. A **Sra. Presidente** perguntou se aquela  
21 informação não estava no Enade. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)**  
22 respondeu que não, porque eles tinham um cuidado muito grande com aquela questão do  
23 professor ser doutor e de ter dedicação exclusiva. Então, não sabia qual seria o impacto daquilo  
24 em relação à avaliação dos cursos. A **Sra. Presidente** disse que, certamente, nem tinha sido  
25 aventado, porque era uma avaliação que não existia e ninguém tinha imaginado. Esperava que  
26 aquilo não impedisse que alguém se dedicasse à graduação, porque era bom para o pós-  
27 doutorado e para os alunos, em relação a ter alguém de fora, com uma experiência nova. Mesmo  
28 que fosse em uma pesquisa convencional do curso, lhe parecia muito positivo ter aquele tipo de  
29 intervenção. Era claro que aquele pós-doutorado deveria, uma vez selecionado, vincular,  
30 obrigatoriamente, o seu programa de pós-doutorado à Unicamp. Aquilo significava ter um  
31 supervisor que iria trabalhar com ele, pois o pós-doutorado não ficava solto. Ele tinha supervisor,  
32 trabalhava em um curso e, eventualmente, conversava com um professor daquela disciplina, que  
33 não precisava ser o supervisor. A ideia era que, naqueles dois anos (pois era uma bolsa de 12  
34 meses renováveis por mais 12 meses), ele tivesse certo desenvolvimento na Unicamp. Era



1 excelente para um pós-doutorado jovem doutor, assim como era bom para a instituição, ter aquele  
2 envolvimento. Era até possível ver, no final, uma sugestão para as unidades. Aquilo não estava no  
3 edital, achava que ninguém tinha inventado aquilo, porque aquela questão tinha vindo agora.  
4 Podia ser, por exemplo, uma avaliação da atuação do pós-doutorado no curso de graduação,  
5 daquela disciplina. Aquilo podia ser interessante. Era uma coisa adicional que o Prof. Cláudio  
6 tinha trazido. Disse que mudaria de assunto. Falaria da ficha de inscrição, cuja responsável era a  
7 Sra. Rosângela. Relembrou que, na CCPG anterior, tinham dito que não tinham uma boa base de  
8 dados de pós-graduação na Unicamp, por questões históricas. Não era nem uma questão da  
9 DAC, que estava assumindo com a PRPG a responsabilidade de construir aquela base de dados.  
10 Para construírem aquela base de dados, precisavam ter uma ficha uniforme, ou seja, única,  
11 obrigatória para todos os programas de inscrição ou de registro dos inscritos nas muitas seleções  
12 de pós-graduação. Alguns programas não utilizavam o sistema da DAC para seleção, mas um  
13 sistema próprio. Não se tratava de todos usarem o mesmo sistema, mas, sim, de todos terem as  
14 mesmas informações. Então, o que a Sra. Rosângela tinha feito era sistematizar, em uma ficha,  
15 aquelas informações que todos deveriam ter. Disse que todos iriam receber a ficha. A **Profa.**  
16 **Rosângela Ballini** disse que, a partir do próprio arquivo que a DAC tinha encaminhado, da ficha  
17 atual, tinha entendido que os programas tinham uma certa autonomia para colocar como  
18 obrigatórias, ou não, algumas das informações. Tinha padronizado as informações que  
19 deveriam ser necessárias, obrigatórias para todos os programas. Em relação às demais  
20 informações, o programa decidia se permaneceriam como obrigatórias ou não. No entanto, havia  
21 uma lista de informações, tanto de dados pessoais quanto de procedência do candidato, tais  
22 como renda e raça, que eram informadas a eles para que pudessem padronizá-las e analisá-las.  
23 Comentou que o ideal seria que todos os programas usassem o sistema da DAC para inscrição,  
24 porque, dada a característica de entrada do programa, aquilo facilitaria muito. Como tinham  
25 programas que não usavam o sistema, solicitou que as informações estivessem também nas  
26 fichas, visto que, de alguma forma, os programas teriam que enviar a lista para traçarem o perfil  
27 de candidato que vinha para a pós-graduação. A partir do momento em que tinham as inscrições  
28 aceitas, já tinham as informações no sistema. Mas, as informações dos candidatos eles não  
29 tinham. A **Sra. Presidente** complementou que, quando tinha sugerido aquele GT de avaliação da  
30 pós-graduação, que tinha um relatório para apresentar ali, uma das dificuldades tinha sido saber  
31 qual era a demanda que tinham. Sem saber a demanda, não conseguiam saber a resposta que o  
32 programa estava dando para a sociedade ou para os candidatos que estavam apresentados nas  
33 muitas seleções. Aquela era uma debilidade que não era da PRPG. Quando iam à Capes, não  
34 tinham uma base de dados para muita coisa. Exemplificou que, quando tinham elaborado o GT de

1 Cotas e o relatório, tinham feito um levantamento interno próprio, além de um seminário, que tinha  
2 estado no Expediente do CONSU. Deveria vir, então, em uma próxima reunião do Conselho  
3 Universitário, a deliberação que tinham proposto. No entanto, tinham visto que a própria CAPES,  
4 que deveria ter feito uma base de dados, segundo uma Portaria do MEC, em 2016, não tinha feito.  
5 Por isso, não tinham a base de dados sobre quantos eram os editais no país, nem sobre quantos  
6 alunos tinham. O que tinham de informação vinha do Observatório de Ações Afirmativas, que  
7 informava que quase metades dos programas de pós-graduação do país aplicavam ações  
8 afirmativas por cotas. Não sabiam, no entanto, quantos alunos, nem como eles eram distribuídos.  
9 Na Unicamp, tinham a condição de resolver aquilo e, por isso, queriam ter dados socioeconômicos  
10 e demográficos de todo aquele perfil de alunado. Assim, poderiam identificar qual era a demanda,  
11 aperfeiçoá-la e saber o que estava respondendo, ou não, com relação àquilo na pós-graduação. O  
12 conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que tinha tido uma reunião na semana  
13 anterior sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, que era o oposto de transparência. Tinha ficado  
14 extremamente preocupado, e, por isso, perguntou à Sra. Rosângela se eles tinham consultado  
15 aquele pessoal, porque muitas das informações que pediam eram sensíveis. E, como órgão, eram  
16 obrigados a informar claramente para que aquelas informações seriam usadas, como seriam  
17 tornadas anônimas, confidenciais etc. Tinha que ter, por exemplo, um canal para que o  
18 candidato escolhesse se queria, ou não, que seus dados ficassem na Unicamp. Ele tinha que ter o  
19 direito de ter um local onde solicitaria que as suas informações fossem retiradas do banco. Havia  
20 uma série de coisas com as quais tinham ficado assustadíssimo quando tinha visto. Tinha  
21 participado de uma reunião, porque queriam lhe colocar na presidência do GT local da FECFAU,  
22 sobre a proteção de dados. Embora já fizessem muitas coisas, nunca tinha visto pedirem aquelas  
23 autorizações no sistema do formulário, o qual virava informes. Não sabia se ali estava formalizada  
24 a autorização, porque eram informações sensíveis, pelo que tinham definido na reunião. Era mais  
25 uma preocupação que trazia, porque não estavam nem falando do aluno, mas do candidato,  
26 ainda. Depois, quando o aluno se matriculava, ele repetia uma série de informações, mas,  
27 naquele caso, ele iria autorizar, porque podiam condicionar aquilo. Aquela era uma lei que vinha  
28 se contrapor à questão da transparência, o que dificultava muito a montagem do banco de dados.  
29 Por outro lado, tinham, principalmente, uma responsabilidade civil, sendo que todos os servidores  
30 da Unicamp envolvidos na coleta e tratamento daqueles dados poderiam ser acionados. Queria  
31 colocar aquilo porque tinha ficado preocupado. A **Sra. Presidente** disse que achava que podiam  
32 ter aquela informação, mas aquilo era facilmente resolvido, porque era só colocar um campo de  
33 autorização. Na verdade, teriam que definir o que eram dados sensíveis. Disse que não tinha  
34 conhecimento sobre aquele assunto, em relação à cor, sexo, idade etc. O conselheiro **Prof. Tiago**

1 **Zenker Gireli** disse que eles tinham falado que tudo aquilo eram dados sensíveis. Disse que tinha  
2 ficado assustado com a quantidade de informações que eles tinham dito que eram sensíveis,  
3 sendo que pegavam aqueles dados o tempo todo de todo mundo e não diziam como iriam tratá-  
4 los. **A Sra. Presidente** perguntou ao Sr. Fernandy se ele tinha alguma solução. O **Sr. Fernandy**  
5 **Ewerardy de Souza** disse que qualquer dado era sensível. O problema maior do LGPD era que  
6 não podiam divulgá-lo, mas, para uso da universidade, era claro que precisavam. Para emitir um  
7 diploma, precisariam dos documentos dos alunos. Na verdade, por ser um órgão público,  
8 poderiam ter aqueles dados e, em nenhum momento o aluno iria poder excluí-los dali. Isso  
9 porque, no caso do candidato, iriam precisar daqueles dados para ele virar aluno e, então, por lei,  
10 estavam os resguardando e não tinha problema nenhum. Estavam trabalhando em conjunto com  
11 uma empresa júnior da Unicamp, e informou que haveria uma forma de o aluno olhar para quem  
12 seus dados estavam sendo oferecidos dentro da Universidade, que era o mesmo CNPJ. Então,  
13 não tinha problema nenhum. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE)** disse  
14 que a DAC já tinha resolvido aquilo no caso do programa da FE. O que tinham feito a partir  
15 daquela conversa era inserir, nos editais, a informação de que os dados pedidos tinham a ver com  
16 a submissão daquele candidato ao edital. Então, já estavam incluindo aquilo nos editais de bolsa  
17 e de processo seletivo. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** perguntou se não  
18 iriam fazer o tratamento daqueles dados e, eventualmente, divulgá-los. A **Sra. Presidente** disse  
19 que os dados eram divulgados no agregado, o que era uma diferença grande. O conselheiro **Prof.**  
20 **Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que, pelo que tinha entendido, mesmo no agregado tinham  
21 que deixar claro que eles eram confidenciais para quem fosse assinar. A **Sra. Presidente** disse  
22 que aquele anonimato do nome era garantido pela instituição, que era um órgão público. Mas era  
23 claro que tinham que divulgar a porcentagem de alunos negros, com mais de 30 anos etc. Aquele  
24 era o tratamento que seria dado. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que o  
25 que tinha entendido era mais burocrático. Em tese, os dados eram usados na aplicação, mas, se  
26 fossem fazer um uso, por exemplo, de tratamento para base de dados estatísticos e anônimos,  
27 aquilo tinha que estar claro e autorizado. A **Profa. Rosangela Ballini** disse que tinha a questão da  
28 divulgação das informações de um candidato específico, mas, quando olhavam de uma forma  
29 mais agregada, era realmente uma análise estatística. A **Sra. Juliana Cristina Barandão** disse  
30 que, na LGPD, tinham que ter o rastreio da informação, e a DAC tinha que ter um controle maior,  
31 no sistema, de quem acessava ou não. O problema de pegarem dados era o controle em relação  
32 a quem iria receber aquela informação e, por conta disso, tinham que rastrear o acesso. Quando a  
33 DAC gerava os dados estatísticos, ela não colocava o nome e, por isso, não dava para identificar  
34 quem era a pessoa vinculada ao nome, ao RG e ao CPF etc. Os dados eram gerais e não podiam

1 ser vinculados a uma pessoa, mas era possível ter um rastreio deles pelo sistema da DAC.  
2 Exemplificou que, no caso da pauta da CCPG, só acessava quem recebesse o convite do drive  
3 compartilhado por e-mail. Então, se sumisse algum dado sensível da pauta, como, por exemplo,  
4 um atestado médico de um aluno, conseguiam dizer quais pessoas tinham acessado a pauta. Era  
5 aquilo que tinham que ter, um rastreio da informação e um controle de quem acessava. Se faziam  
6 pelo sistema da DAC, era a DAC quem tinha que ter o controle do sistema. O conselheiro **Prof.**  
7 **Enelton Fagnani (FT)** comentou que achava interessante ter que proteger a identidade da  
8 pessoa. Mas, no caso dos seus salários, por exemplo, podiam entrar no site “transparência Brasil”  
9 para saber exatamente quanto cada um ganhava. Aquilo não o deixava confortável, e não tinha  
10 sido perguntado se queria ou se podia. Pareciam que eram dois pesos e duas medidas. A **Sra.**  
11 **Presidente** disse que não sabia responder exatamente, mas aquelas reclamações já existiam e a  
12 Procuradoria Geral já sabia daquilo. Achava que tinha algum problema legal que os tinham levado  
13 a tomar aquela atitude, e não só na Unicamp, mas nas universidades todas. Na UNESP, por  
14 exemplo, não conseguiam chegar até o nome da pessoa, mas na Unicamp e na USP, sim.  
15 Ninguém sabia resolver direito. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** disse que, em algumas  
16 universidades, tinham dificuldade até de achar o e-mail da pessoa, de forma que tinha que entrar  
17 em contato com a secretaria. Na Unicamp era mais aberto, e não achava confortável. A **Sra.**  
18 **Presidente** concordou e disse que mudaria de assunto. Passou a palavra para a Profa.  
19 Rosângela. A **Profa. Rosângela Ballini** informou que iriam encaminhar o arquivo com as  
20 informações que seriam obrigatórias, para que os próximos editais já contemplassem aquela ficha.  
21 A **Sra. Presidente** complementou que era o edital de seleção da pós-graduação. Passou ao  
22 último informe, que se tratava do Edital da Capes, o qual tinha sido encaminhado para todos.  
23 Alertou que já tinha lido aquilo inúmeras vezes e não tinha conseguido encontrar a data de  
24 vigência do edital. Havia um “a partir de”, mas não informavam até quando. Relembrou que era  
25 apenas um edital e uma aplicação por programa. Aquilo estava nos artigos 10 e 11, que era onde  
26 estavam as delimitações da apresentação. Era uma Portaria enorme. Já tinham enviado aquilo  
27 para todos, e achava que estava tudo dentro do convencional. Depois dos artigos 10 e 11, ele  
28 falava sobre as bolsas e informava que não havia acúmulo. Certamente eram as bolsas que a  
29 Capes mesmo tinha. Passou a palavra para a Profa. Líliliana. A conselheira **Profa. Líliliana de**  
30 **Oliveira Rocha (FEA)** disse que talvez não tivesse percebido, mas tinha visto aquela solicitação  
31 por programa e a solicitação individual. Perguntou se podia fazer uma solicitação individual se  
32 estivesse no pedido do programa. A **Sra. Presidente** disse que suspeitava que sim, porque  
33 entendia que era um pleito de programas de pós-graduação. Os membros encaminhavam. A  
34 conselheira **Profa. Líliliana de Oliveira Rocha (FEA)** disse que sim, o programa tinha aquela

1 facilidade. Era uma solicitação por semestre e por docente também. Parecia que era aquilo. A  
2 **Sra. Presidente** disse que havia inúmeros artigos que falavam sobre a prestação de contas, e  
3 pouquíssimos que falavam sobre o próprio programa. A conselheira **Profa. Heloisa Helena**  
4 **Pimenta Rocha (FE)** perguntou se aquele programa substituiria o Print. A **Sra. Presidente** disse  
5 que achava que não. Era uma iniciativa da Diretoria de Relações Internacionais, mas sabiam que  
6 o Print terminaria. Suspeitava que deveria haver outra iniciativa daquela diretoria, mesmo porque  
7 o programa era muito pequeno perto do que tinha sido o Print. Achava que não era uma  
8 substituição, só uma adição a qualquer iniciativa internacional da CAPES. Entendia daquela  
9 forma, porque já tinham escutado algumas vezes o Dr. Rui Oppermann, da Diretoria de Relações  
10 Internacionais da CAPES, mencionar que eles estavam planejando grandes iniciativas  
11 internacionais. Estava imaginando que aquilo era só um adendo ao que já existia. O conselheiro  
12 **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** perguntou se tinham mais informações sobre o Print,  
13 porque tinha faltado na reunião anterior. A **Sra. Presidente** disse que terminaria mesmo. O  
14 conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** perguntou se o dinheiro que tinha sido  
15 aplicado voltaria. A **Sra. Presidente** disse que talvez eles aumentassem o prazo de janelas, mas  
16 dentro do que já existia. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** disse que, ao  
17 ler aquele edital, tinha ficado com outra dúvida. Perguntou se a sistemática seria parecida, por  
18 exemplo, se teria uma pessoa da PRPG que cuidaria daqueles pedidos ou se seria do programa  
19 direto à CAPES. Não tinha achado, por exemplo, a informação a respeito de quantos sanduíches  
20 e pós-doutorados de docente teria. Questionou se teria que saber aquilo de antemão ao pedir. A  
21 **Sra. Presidente** disse que suspeitava que sim, mas não tinha entendido que a Unicamp era  
22 responsável. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** perguntou se o programa  
23 entraria em contato direto com a CAPES. A **Sra. Presidente** respondeu que era o programa direto  
24 com a CAPES, ou seja, a coordenação. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera**  
25 **(IFCH)** disse que também tinha achado o edital confuso. Tinha perguntado à Sra. Rita se era  
26 mesmo a substituição do Print e ela havia dito que não. Procurando entender melhor, entrando  
27 nos links para ler, disse que havia um impedimento em relação à pergunta do colega. Caso  
28 usassem recurso para evento, por exemplo, não podiam organizar nem participar de outro em 6  
29 meses, porque era um edital curto. Era um do programa e outro individual, mas, se o professor ou  
30 professora fossem do programa, não entendia como aquilo funcionaria na prática. A **Sra.**  
31 **Presidente** disse que era por isso que eles colocavam no final “Escrevam para CAPES” e o  
32 endereço. Mas, de fato, a CAPES tinha acordos muito curtos. Na primeira parte, que tinha a  
33 assinatura da Profa. Mercedes, dizia: “apoio para financiamento de projetos em área de atuação  
34 prioritária da CAPES, ajuda emergencial, que são apoios em situação de crise para permitir a

1 continuidade da pesquisa interrompida ou em vias de cancelamento”. E, depois, “demanda  
2 induzida: apoio para financiamento de projetos para induzir áreas incipientes de pesquisa”. Em  
3 seis meses, tinham muita pouca coisa para fazer, além de que, ali, não estava colocado o volume  
4 de recursos. Não sabiam até onde aquele programa queria ir com aquele volume de recursos.  
5 Disse que iria ler mais uma vez para ver se achava uma explicação maior. Informou que passaria  
6 ao último assunto, e iria pedir para a Profa. Nashieli apresentar. O IFCH tinha procurado a PRPG  
7 para apresentar uma proposta de implantação de uma política de reconhecimento do notório  
8 saber para mestres e mestras de saberes. Tinha encaminhado o documento para todos. Entendia  
9 que seria importante conhecerem a proposta e darem opiniões para, então, dar o  
10 encaminhamento que estava sendo sugerido ou qualquer outra coisa. A conselheira **Profa.**  
11 **Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** agradeceu. Disse que era uma proposta que tinha surgido  
12 na CPG anterior, a partir da Profa. Bárbara, que era coordenadora de pós-graduação, do Prof.  
13 Antonio Arantes, professor do Departamento de Antropologia, muito reconhecido nas pesquisas  
14 sobre Patrimônio Material e Imaterial, e dos alunos de doutorado que realizavam suas pesquisas  
15 sobre aquelas questões. Então, tinha-se formado um grupo de trabalho interno, que tinha feito  
16 pesquisas para pensar na possibilidade de a Unicamp adotar aquela política de reconhecimento  
17 de mestres e mestras de saberes. Aquilo significava reconhecer a existência de outros regimes de  
18 conhecimento importantes para a interlocução com a universidade. Por isso, tinham montado um  
19 documento curto para investigar quais outras universidades já tinham aquele reconhecimento  
20 como uma política interna. Havia, mais ou menos, 24 universidades no Brasil que já tinham  
21 implementado alguma política relacionada àquilo, como a UNB, UFMG, Juiz de Fora, Pará,  
22 Estadual do Ceará, UNIFESP etc. Havia várias universidades no documento que estavam  
23 nomeadas, e três delas a nível nacional que, realmente, já tinham uma política mais específica  
24 com aquele reconhecimento. No documento, se apresentaria quais seriam internamente à  
25 Unicamp, o que já existia como ferramenta interna que poderia se encaixar e qual era a diferença  
26 do notório saber. Explicou que não estavam falando de honoris causa nem de um programa como,  
27 por exemplo, o Programa Professor Especialista Visitante. Havia pessoas de comunidades  
28 indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais que detinham um saber e um  
29 conhecimento específico sobre diversos temas. E, com o programa Professor Especialista  
30 Visitante, por exemplo, aquelas mesmas pessoas não poderiam participar de bancas de  
31 orientação na Unicamp, porque não tinham doutorado. A ideia era que aquelas pessoas fossem  
32 reconhecidas dentro da universidade, para participarem e fazerem uma interlocução a partir de  
33 seu notório saber. O documento explicava um pouco do que conheciam como notório saber e  
34 propunha apenas uma discussão no momento, não uma votação pela política. Estavam propondo

1 a interação de um GT para dar início àquela discussão, a fim de que avaliassem se era possível  
2 implementar aquela política, que tinha a ver, também, com uma mudança de perfil na  
3 universidade. Tinham um vestibular indígena muito recente. O Prof. Mariano também tinha dito  
4 uma frase que até tinha anotado, sobre aproximar as fronteiras entre Academia e sociedade,  
5 torná-las mais permeáveis. A proposta era apresentar uma discussão e abri-la para a comunidade  
6 universitária. A **Sra. Presidente** perguntou se algum colega gostaria de se manifestar. Disse que  
7 havia a proposta de que fosse formado um GT na universidade, que era algo que não dizia  
8 respeito somente a pós-graduação, mas também a outras áreas, como a própria graduação e  
9 extensão. Achava que todos tinham que estar envolvidos naquilo. Era uma proposta para que  
10 houvesse o reconhecimento de pessoas, chamadas ali de “mestres dos saberes”. Perguntou à  
11 Prof. Nashieli se aquilo era chamado conhecimento popular. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**  
12 **Rangel Loera (IFCH)** disse que se chamava “notório saber”. A **Sra. Presidente** disse que era  
13 diferente do acadêmico/científico, pois aquelas pessoas não tinham doutorado, mas tinham o  
14 reconhecimento da universidade não apenas para dar uma aula e coorientar, como também para  
15 frequentar uma banca de doutorado. Perguntou se aquela era uma demanda específica. A  
16 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que aquilo tinha começado no GT  
17 interno do IFCH, porque, justamente, havia tido uma demanda de uma conhecida liderança, para  
18 que participasse de uma banca. A **Sra. Presidente** perguntou se, naquela época, eles não  
19 podiam participar. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que, na  
20 Unicamp, não tinha como. A **Sra. Presidente** perguntou se a questão era a participação na  
21 banca. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** respondeu que não era só  
22 aquilo. Tratava-se de uma participação mais ampla pelo regimento interno da Unicamp. Na pós-  
23 graduação, aquela era uma das questões, pois não podiam participar da banca sem o título de  
24 doutor. No documento, estava elencado um pouco do que o regimento interno da Unicamp  
25 colocava e o que impedia que aquelas pessoas participassem, como as lideranças indígenas,  
26 quilombolas e das comunidades tradicionais. A Unicamp tinha o programa Professor Especialista  
27 Visitante, pelo qual pessoas externas poderiam participar de algumas atividades. No entanto, ela  
28 exigia que fossem professores do ensino básico, médio ou superior, o que não era o caso de  
29 muitas pessoas. Era o caso de algumas, mas não de todas que tinham notório-saber. Aílton  
30 Krenak era um dos exemplos mais conhecidos que tinha estado na Unicamp. Havia muitos outros  
31 mestres e mestras dos saberes que não podiam participar das atividades cotidianas na pós-  
32 graduação, por exemplo. A banca era uma delas. A **Sra. Presidente** respondeu que, em relação  
33 às cotidianas, eram poucas, porque eles poderiam dar aulas, mas teriam que ter um  
34 cadastramento. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** complementou que

1 também exigiam doutorado. **A Sra. Presidente** disse que gostaria de ouvir os colegas para saber  
2 como poderiam encaminhar aquilo. Havia se lembrado da área da saúde, porque tinha muita coisa  
3 do conhecimento popular em medicamentos. Não sabia se aquilo se aplicava àquele mesmo  
4 raciocínio. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** disse que, na área da saúde,  
5 aquilo era bastante comum. Inclusive, quando tinha integração com o social, que era bastante  
6 frequente, acreditava que havia um grande interesse. Poderia estar trabalhando conjuntamente  
7 com aquele grupo de trabalho, porque era bastante interessante para a área da saúde. A  
8 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que, 20 anos atrás, tinha sido  
9 feito uma pesquisa enorme do Prof. Mauro Almeida, que era do IFCH também. Um dos resultados  
10 tinha sido a Enciclopédia da Floresta, que era um livro bastante reconhecido. O pessoal da  
11 Biologia, por exemplo, tinha tido uma participação ativa e tinham feito uma pesquisa no Acre com  
12 comunidades tradicionais sobre plantas, fauna e flora. Era impressionante o volume de  
13 conhecimento que a Enciclopédia da Floresta apresentava, por exemplo, para a área da biologia e  
14 da genética, não só da antropologia. Naquele momento, era uma pesquisa conjunta que envolvia  
15 pesquisadores não acadêmicos da floresta, que tinham feito um diário de campo e participado de  
16 pesquisa. Exemplificou que, no caso de um aluno que estivesse trazendo sua pesquisa sobre  
17 biodiversidade, no programa de antropologia, não podiam chamar um mestre do saber  
18 especialista na biodiversidade para a banca, já que a Unicamp não permitia a participação de  
19 quem não tivesse doutorado. Gostaria de saber se tinha como acolher e de que forma. **A Sra.**  
20 **Presidente** disse que, se entendia corretamente, aquilo seria algo caso a caso. Não se tratava de  
21 discutir o título de notório saber que a Unicamp concedia a mestres e mestradas, mas sim de,  
22 eventualmente, ter o reconhecimento de casos específicos encaminhados por programas e  
23 unidades. Seria para que os programas e unidades tivessem a sua comissão, dentro do regimento  
24 da universidade, que abrisse a possibilidade de reconhecimento de pessoas específicas e  
25 recomendadas para participar da banca. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera**  
26 **(IFCH)** disse que achava que a proposta era, justamente, para que o grupo de trabalho pensasse  
27 em qual seria o formato e se teria interesse da comunidade acadêmica. Podia ser que muitos  
28 institutos não achassem a proposta pertinente, o que era válido. Mas, pensando que a Unicamp  
29 estava aberta a àquela diversidade de conhecimentos, a proposta era justamente para que o GT  
30 pensasse em qual seria o melhor formato. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck**  
31 **(IB)** disse que achava a ideia sensacional. Achava que algumas unidades iriam gostar muito  
32 daquela possibilidade, mas o que lhe preocupava era o uso político daquele tipo de situação.  
33 Tinha uma visão bem maquiavélica. Achava que o grupo teria que ter um cuidado muito grande  
34 para poder delimitar aquilo, porque todos ali viam os títulos de doutor sendo dados para pessoas



1 que, definitivamente, questionavam bastante. Tinha muito medo do uso político daquilo, mas a  
2 ideia era fantástica. Conseguia ver o Instituto de Artes se beneficiando muito daquilo, por  
3 exemplo. A **Sra. Presidente** pediu ao Prof. Cláudio que desse um exemplo de uso político. O  
4 conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que as pessoas que mentiam sobre  
5 terem um título de mestre na Unicamp e, a partir do título, ocupavam cargos políticos, por  
6 exemplo, eram desmascarados depois. Era aquela a sua preocupação. A conselheira **Profa.**  
7 **Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que havia uma questão ética a ser pensada, que  
8 também envolvia dados. Achava que todos tinham acompanhado o que havia acontecido  
9 recentemente: a invenção de *curriculum*, porque a pessoa tinha feito um curso em Harvard e  
10 virado doutor. O regimento poderia deixar aquela informação clara, mas achava que tinha que ser  
11 o início para trabalhar justamente naquele formato, escolhendo qual seria a melhor opção. Um  
12 grupo de trabalho abrangente seria necessário. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira**  
13 **Neto** disse que relataria algo que tinha sido, inclusive, uma conquista discente: a retirada do título  
14 de Doutor *honoris causa* a Jarbas Passarinho, que tinha sido um ministro da ditadura militar.  
15 Neste sentido, achava que a proposta era muito interessante e vinha para valorizar o  
16 conhecimento de pessoas que não tinham tido a chance de estar ali e de discutir aquelas ideias.  
17 Pensando, talvez, na área da saúde, podia citar parteiras e benzedadeiras, por exemplo. Aquelas  
18 senhoras possuíam um conhecimento de cuidado com o outro, que, apesar de ser não  
19 acadêmico, trazia conforto para a comunidade em que estavam inseridas. E, no sentido do uso de  
20 cunho político, tinham que lembrar de que, talvez, aquele era o sentido de estarem ali. Tinham a  
21 função, também, de fiscalizar as propostas que seriam trazidas para a mesa. Então, o uso do  
22 cunho político não inviabilizava e desmerecia a ideia. Reforçou, no entanto, a importância de  
23 sempre estarem atentos ao que era trazido, ou seja, a quem estavam oferecendo aquele título. A  
24 **Sra. Presidente** disse que achava que era naquele caminho mesmo que, talvez, devessem seguir  
25 com o GT. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** cumprimentou a todos e disse  
26 que, naquele aspecto, talvez fosse interessante que a universidade desse uma autorização de  
27 participação em determinada atividade. Talvez fosse um pouco mais difícil e burocrático de fazer,  
28 porque toda vez teriam que pedir autorização para alguém, mas evitaria aquele problema, por  
29 exemplo. A **Sra. Presidente** disse que achava que a Profa. Nashieli estava chamando atenção  
30 justamente para aquilo. Achava que o GT deveria pensar em qual seria a saída institucional para  
31 dar aquele reconhecimento, que não era o título honorífico, *honoris causa*, *emérito* etc. O artigo  
32 que estava no regimento dizia: “poderão ser credenciados como professores de programas e  
33 cursos de pós *stricto sensu* profissionais apenas profissionais portadores de título de doutor, ou  
34 aqueles não detentores deste título que sejam qualificados pelo Conselho Universitário, por sua

1 ampla experiência como professor e em atividade de pesquisa de alto nível, por proposta da  
2 Comissão Central de Pós-Graduação.” Questionou como poderiam interpretar “pesquisas de alto  
3 nível”. Aquilo era limitador. E, no caso de “ampla experiência como professor”, não poderia ter  
4 ampla experiência alguém que tinha o saber da medicina, por exemplo, como a Sra. Maiane havia  
5 dito. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que aquilo se limitava aos  
6 professores nos moldes da universidade, porque havia, por exemplo, conhecimentos ancestrais  
7 também, que passavam muito pela oralidade. A **Sra. Presidente** disse que o GT tinha que existir,  
8 mas sugeriu que reformassem o Artigo 53, pois era mais fácil do que propor grandes coisas  
9 novas. A ideia seria abrir mais. Não podia ser “ampla experiência como professor”, porque, no  
10 caso de alguém que estava dando aula há anos, mas que não tinha doutorado, não sabia. Ou,  
11 então, definir o que era alto nível em “atividade de pesquisa de alto nível”. Uma possibilidade era  
12 fazer aquilo, mas aquele não era um GT só da CCPG e da pós-graduação. Embora estivessem  
13 falando da pós-graduação, achava que aquilo era um GT que merecia a participação de outras  
14 instâncias da universidade. Não era uma coisa que fariam ali, internamente, e proporiam para o  
15 conselho. Achava que aquele GT deveria entrar nos moldes do que tinham feito, por exemplo,  
16 com a própria política de cotas, em que tinham trazido a PG, funcionários, membros que não eram  
17 da CCPG etc., porque a questão era ampla. E, daí, encaminhariam, eventualmente, para a  
18 reitoria, para que ela fizesse uma GT que pegasse a extensão, graduação etc. Perguntou a todos  
19 o que achavam da ideia. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto** complementou que  
20 a expressão “de alto nível” poderia ser traiçoeira na hora de trazer aqueles conhecimentos. Por  
21 exemplo, no caso da benzedeira, que tinha citado, ela não iria saber formular uma frase com  
22 concordância verbal etc. E, dentro da Academia, concordância era algo que trabalhavam na fala e  
23 na escrita. Então, questionou o que seria aquele “alto nível”. Se a pessoa tivesse uma fala muito  
24 regional ou informal, aquele “alto nível” estaria a excluindo e, de certa forma, colocando um  
25 padrão de formalismo. Achava que a ideia, em si, não trazia na proposta, então achava que era  
26 mais uma questão de adaptar, como a Profa. Rachel havia dito, além de trazer um vocabulário  
27 que acolhesse. A **Sra. Presidente** concordou e disse que achava que a reforma tinha que mexer  
28 um pouco naqueles conceitos, mas, de alguma maneira, poderiam deixar que o GT fizesse  
29 aquelas propostas. Para quem fosse fazer parte do GT, uma delas até já poderia ser levada, que  
30 era a reforma do Artigo 53. Mas devia haver outras sugestões que, talvez, o GT apresentasse. Na  
31 medicina, tinha ficado claro que havia um interesse. Perguntou se mais alguém gostaria de se  
32 manifestar. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** disse que, enquanto estavam  
33 discutindo sobre aquilo, estava procurando na internet, pois sabia que já existia um artigo do  
34 estatuto que tratava sobre aquela questão. Mas não se lembrava de, nos últimos 15 ou 20 anos,

1 terem recorrido àquele item do estatuto para poder justificar a presença de alguém em alguma  
2 banca. Perguntou à Profa. Cláudia se ela se lembrava. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**  
3 disse que não se lembrava. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** disse que era  
4 importante, mas achava que não era uma prática tão frequente. Precisavam estudar melhor para  
5 ver quais implicações iriam ter. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que, naquele  
6 sentido, a Sra. Silvana havia lhe lembrado que, quando tinha acontecido o credenciamento dos  
7 médicos para residência média, em meados de 2014, muitos não tinham o doutorado, mas tinham  
8 um conhecimento específico importante. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)**  
9 disse que estava pensando em alguém que trabalhasse com terapias alternativas. A **Profa.**  
10 **Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que talvez aquilo fosse muito mais próximo do Artigo 53. A  
11 **Sra. Presidente** disse que, naquele caso, era o médico formado em medicina, que só não era  
12 doutor. Não era o caso da benzedeira. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que muitos  
13 já tinham especialidade pela residência. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior**  
14 **(IA)** disse que achava que deveria reforçar a existência daquele artigo para colocá-lo em prática.  
15 E, se conseguissem ampliá-lo, dando mais características do que consideravam como saber  
16 notório etc., talvez mais pessoas soubessem da existência daquela possibilidade. Em relação ao  
17 Instituto de Artes, achava que aquilo era muito bem-vindo, porque sabiam que os artistas não  
18 procuravam, necessariamente, a academia. Os que o faziam, faziam com o objetivo de trabalhar  
19 em suas próprias pesquisas. Muitos músicos, atores, dançarinos, cineastas, apesar de fazerem a  
20 graduação, paravam antes do mestrado. Alguns nem tinham graduação. Seria interessante pensar  
21 em uma formulação que pudesse incluir pessoas que nem tinham o mestrado. Achava que no  
22 caso da área da saúde, como as benzedeiras e parteiras, poderia ser muito bem-visto também. A  
23 **Sra. Presidente** disse que aquela era a ideia mesmo, de trazer pessoas que não tivessem  
24 frequentado a universidade. Exemplificou que podia haver o caso de um pianista que só tinha  
25 ficado no conservatório. Não tinha feito universidade alguma, mas tinha muito a dizer. O  
26 conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** disse que achava que, talvez, o termo  
27 “mestre” fosse um pouco limitado. A **Sra. Presidente** disse que achava que não era um bom  
28 termo para a academia, porque mestre entendia-se mestre. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**  
29 **Rangel Loera (IFCH)** disse que era retomado, também, de uma teia de saberes, de um coletivo  
30 que se autoneameava “mestres”. Era mais de uma interlocução com as áreas de humanas e  
31 antropologia. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** disse que talvez fosse  
32 melhor o termo “detentores dos saberes”, ou alguma coisa naquele sentido. A conselheira **Profa.**  
33 **Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que aquilo também poderia fazer parte da discussão,  
34 e, se todos considerassem uma boa ideia, aquele documento poderia ser encaminhado para

1 todos os coordenadores e coordenadoras. A **Sra. Presidente** disse que a Profa. Nashieli iria  
2 encaminhar o documento para todos conhecerem o que o IFCH tinha produzido, mas queria ouvi-  
3 los, porque a ideia era encaminhar aquela solicitação do GT para a reitoria, a fim de que  
4 pudessem juntar a extensão, graduação e outras unidades para fazerem parte do GT. A **Profa.**  
5 **Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que concordava com aquela visão geral. Inclusive, a  
6 extensão já estava fazendo um evento naquele sentido, mas achava que a pós-graduação tinha  
7 algumas peculiaridades que deveriam ser discutidas na próprias pós-graduação e, depois,  
8 ampliadas. Disse que, em sua opinião, deveriam fazer o GT dentro da pós-graduação, por causa  
9 daquelas peculiaridades. Depois poderiam ampliar ou até fazer as comissões concomitantes. A  
10 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que aproveitaria para fazer uma  
11 divulgação. Seria organizado um fórum permanente no dia 15 de junho, no Centro de Convenções  
12 da Unicamp. Disse que lia o nome e o que estava propondo: “por uma justiça epistêmica,  
13 encontro de saberes e outras propostas para a descolonização de currículos”. Era um fórum  
14 organizado por vários colegas da Unicamp, de vários institutos. Estavam todos convidados. Vários  
15 colegas que tinham participado daquela pequena pesquisa interna e que tinham feito o documento  
16 que todos iriam receber estavam na organização daquele fórum, que iria discutir questões que  
17 passavam por aquela proposta também. Disse que poderia encaminhar para todos, a fim de que  
18 encaminhassem, também, para os colegas. A **Sra. Presidente** disse que a ideia de fazerem,  
19 primeiro, uma discussão interna, em um pequeno GT, era uma demanda que surgia, exatamente,  
20 dentro da pós-graduação e para uma atividade da pós-graduação. Sabiam que aquela discussão  
21 de reconhecimento mais amplo estava na Unicamp. Questionou se queriam associar àquela  
22 questão mais ampla ou se queriam um GT próprio preliminarmente ou em concomitância.  
23 Perguntou a todos o que consideravam sobre aquilo. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves**  
24 **Monteiro (IG)** perguntou de dava para fazer mudança na pós-graduação sem passar por uma  
25 mudança geral na universidade. A **Sra. Presidente** disse o GT era para propor a mudança que  
26 dissesse respeito à pós-graduação, porque não conseguiriam fazer sugestões que dissessem  
27 respeito à extensão ou à graduação. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)**  
28 disse que achava que era importante um GT da pós-graduação que, depois, pudesse se juntar a  
29 outros, porque também concordava que era uma questão muito mais ampla, quase como tinha  
30 sido o das cotas. Era uma questão muito mais ampla que envolvia outros setores da Unicamp,  
31 mas achava que uma discussão interna era muito bem-vinda. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel**  
32 **Guimarães Junior (IA)** disse que tendia a discordar. Achava que tinha que ser uma ação mais  
33 global, porque achava que, talvez, demandassem, de alguém de notório saber que viesse a  
34 participar de uma banca na pós-graduação, não necessariamente a mesma competência para

1 falar com os alunos de graduação. Estava pensando sempre na perspectiva dos artistas. Tinham  
2 alguns cargos minoritários do IA de magistério artístico, e, com a falta do magistério, sentiam  
3 muita falta de uma pessoa que ensinasse questões super práticas de produção artística, de  
4 audiovisual, fotografia etc. Era alguém que não tinha, necessariamente, o mesmo perfil para  
5 participar de uma banca, mas que supriria a lacuna daquele magistério artístico que vinham  
6 perdendo. Nas artes e no teatro até tinham mais, mas, na comunicação, quase não tinham.  
7 Pensava que, talvez, tivesse que ter uma discussão mais ampla mesmo, porque as competências  
8 talvez não pudessem ser as mesmas. Depois, ouviriam graduação, pós-graduação, e cada um  
9 definiria de acordo com a sua perspectiva. A **Sra. Presidente** disse que a ideia era encaminhar a  
10 sugestão de que a universidade fizesse um GT geral, naqueles moldes. A dúvida era se faziam  
11 uma discussão interna sobre aquilo que estava sendo demandado para a pós-graduação. Estava  
12 resumindo, pois achava que a discussão era bem mais ampla do que aquilo. Era algo que, talvez,  
13 uma reforma do Artigo 53 resolvesse, mas não sabia se aquilo era só para a pós-graduação. A  
14 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que achava que aquilo podia  
15 ocorrer paralelamente. Talvez fosse interessante uma consulta com outros setores para ver se  
16 trabalhavam com pequenos GTs paralelamente e depois juntavam, pensando também no que o  
17 colega tinha colocado. Achava que seria importante para a graduação, mas, em relação à pós-  
18 graduação, teriam que fazer uma mudança no regimento para aquilo. A ideia de uma discussão  
19 mais ampla era interessante, mas havia também questões específicas da pós-graduação. O  
20 conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Weneck (IB)** disse que, com o desenvolver do GT da  
21 pós-graduação, achava que iriam surgir pontos que seriam importantes para a universidade como  
22 um todo. E, daí, iria até fortalecer o GT geral da universidade, então achava que poderiam ter uma  
23 boa noção do que os esperava no futuro se fizessem o “dever de casa”. A **Sra. Presidente**  
24 passou a palavra para a Profa. Márcia. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)**  
25 disse que era favorável a ter um GT interno, porque achava que as questões mais sensíveis e  
26 complicadas surgiriam ali. Por exemplo, tinham colocado a proposta com participação em banca,  
27 que era o mais complexo. Concordou com a colega que falava sobre o saber tradicional das  
28 parteiras, mas, no caso de uma parteira iletrada, questionou como ela participaria de uma banca.  
29 Então, ali, aquela discussão seria a mais sensível. A pessoa tinha o seu saber, mas, às vezes,  
30 não tinha o saber do lugar onde iria participar. Ali, era um ritual codificado pela Unicamp, e, por  
31 isso, achava que começar pela pós-graduação seria mais produtivo. A **Sra. Presidente** disse que  
32 iria assumir o encaminhamento da questão, que achava boa. Fariam um GT próprio da pós-  
33 graduação. Propôs ao Prof. Gilberto, à Profa. Nashieli e ao Prof. Pedro que fizessem parte do GT.  
34 Disse que alguém da área da saúde seria importante. Perguntou se alguém se disponibilizaria. A

1 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** sugeriu uma interlocução com a  
2 Secretaria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp, que poderia, também, fazer sugestões.  
3 Isso porque, nos prêmios recentes de Direitos Humanos, tinham tido trabalhos orientados por  
4 colegas da Física e da Estatística. Perguntou a Profa. Rachel se poderia sugerir a Profa. Joana,  
5 também, do departamento de Antropologia. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da Silva**  
6 **(FEAGRI)** disse que não podia se manifestar no momento, pois precisava falar com o próximo  
7 coordenador. Mas, para a Engenharia Agrícola, era superimportante o tema e disse que  
8 apoiariam. A **Sra. Presidente** disse que poderiam colocar o novo coordenador ali e o Prof.  
9 Ariovaldo avisava depois. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da Silva (FEAGRI)** disse que o  
10 nome era Prof. Daniel Albiero e iria confirmar com ele antes. A conselheira **Profa. Liliana de**  
11 **Oliveira Rocha (FEA)** disse que era importante para Alimentos. A **Sra. Presidente** disse que já  
12 tinham nove membros naquele pequeno GT e, por isso, tinham fechado. Informou que ficaria sob  
13 a coordenação da Profa. Cláudia. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** disse  
14 que daria uma má notícia e um agradecimento. A má notícia era que tinham quatro programas de  
15 pós-graduação no IEL, e dois deles tinham recebido uma cobrança de oito anos atrás, sobre  
16 pequenas coisas, certificado etc. Era um total de 200 mil reais. A boa notícia era o agradecimento  
17 à PRPG, que tinha dado um super apoio. Os funcionários estavam enlouquecendo, e a Sra. Marli  
18 tinha ajudado muito. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que o IEL não tinha sido o único. Outros  
19 programas também tinham recebido aquela cobrança, pois tinham que responder coisas de anos  
20 atrás, uma diligência etc. Disse que a Sra. Marli estava se desdobrando. Não sabia por que a  
21 CAPES tinha resolvido fazer aquilo, mas era um alerta para quem estava prestando contas  
22 atualmente. Recomendou que fizessem tudo certo para que, dali a oito anos, ninguém telefonasse  
23 relembrando sobre aquilo. O **Prof. Elias Basile Tambourgui** disse que a CAPES exigia que  
24 guardassem o documento por 20 anos. Disse que a Sra. Marli estava tentando entrar em contato  
25 com a CAPES para fazer um curso de prestação de contas, para prestar assessoria, e iria ficar  
26 registrado. Então, poderiam tirar qualquer dúvida do curso. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José**  
27 **da Silva (FEAGRI)** disse que aproveitava para antecipar o agradecimento a toda à equipe da  
28 PRPG naqueles quatro anos, pois estavam trocando a coordenação. Pediu desculpas por alguma  
29 coisa e agradeceu especialmente à Sra. Marli, Sra. Silvana e Sra. Cristina, que tinham ajudado  
30 bastante. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Ariovaldo por sempre ter estado envolvido com  
31 os projetos e por ter sido parceiro de muitas iniciativas. Agradeceu a todos pela presença e pelas  
32 opiniões, que tinham sido excelentes, e encerrou a reunião às onze e quarenta e sete.  
33

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **406ª Reunião Ordinária da CCPG**, realizada em 5 de julho de 2023.